



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO
APROVADO POR UNANIMIDADE

ATA

Sessão Ordinária de Setembro – 10SET2024
N.º 34/2021-2025

Assinado por: PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR PINTO MATOS DOS SANTOS
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2024.12.02 13:19:58+00'00'

Data: 10 de setembro de 2024 (terça-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos da alínea d) do artigo 26.º e dos números 1 e 5 do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Domingos Manuel Ferreira Vilarinho, 1.º Secretário e Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães e Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Pedro Miguel Cristo Graça, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas, Daniela Ribeiro Alegria e Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: António Pedro Oliveira Martins e Mariana Alvelos Silva.

Grupo Municipal do Partido Chega: Sérgio Louro.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação), Carlos António da Silva Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Assunção Mariana Carlos Ramos: Maria de Fátima Fragoso Teles, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores. A ausência do vereador Paulo Sérgio Ferreira Nunes foi devidamente justificada.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Movimento do Partido Social Democrata: Carlos Pedro Silveira Coelho Ferreira substitui Irene Maria Ribau Esteves Tavares e Fábio Miguel Silva Marta substitui Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões e Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Cláudia Cristina Fernandes Reigota.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Sónia Alexandra Fernandes Gomes substitui Pedro José Catarino Senos Tróia, Miguel Ângelo Teixeira Andrade substitui Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo e Elvira Maria Fernandes Correia substitui Diana Catarina Anastácio Gandarinho.

Por motivos imprevistos de última hora e inadiáveis, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal justificou a ausência do Deputado Municipal José Manuel Figueiredo Pinto Reis, do Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer', não tendo sido possível assegurar a sua substituição sucedânea.

Ordem do Dia

Nos termos dos n.ºs 6 e 8, do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ponto 1. **"Designação de representante dos cidadãos eleitores para a CPCJ Ílhavo"**. Ato deliberativo: eleição;

Ponto 2. **"Constituição da Comissão Eventual dos 50 Anos do Poder Local (12 de dezembro de 2026)"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 3. **"Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 1 de junho a 31 de julho de 2024"**. Ato deliberativo: apreciação;

Ponto 4. **"Apoio pontual à Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo - aquisição de viatura ligeira mista"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 5. **"Alterações ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação"**. Ato deliberativo: tomar conhecimento;

Ponto 6. **"Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023 - relatórios finais"**. Ato deliberativo: tomar conhecimento;

Ponto 7. **"Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2024 - 1.º relatório"**. Ato deliberativo: tomar conhecimento.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':26")

«Boa noite, Caros e Caras Deputadas. Caro Executivo. Caro público aqui presente e todos os que nos acompanham através da nossa transmissão *streaming*, através da nossa página do Facebook. Sejam todos bem-vindos à sessão ordinária de setembro. Vamos começar esta sessão com a chamada. Vou pedir à minha Segunda Secretária... hoje temos uma composição diferente. Nós abreviámos..."

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (08':35")

«Está boa noite a todos. Desculpem lá. Um minuto. Mas, apesar de reconhecer o mérito de todo o trabalho da Mesa e do Presidente, acho que preciso de fazer esta interpelação à Mesa para que não se cometa aqui nenhuma irregularidade, até porque hoje vai haver votações e temos que fazer as coisas em condições. Não vá o Senhor Secretário, na próxima Assembleia, dizer que todas as nossas decisões hoje são nulas, mas os 11 anos que tenho de autarca, sentado nesta cadeira, e como Presidente de Junta, acho que tenho o direito e o dever de alertar para quando as coisas não são feitas conforme, quando descubro que não estão a ser feitas conforme. E o que diz um artigo qualquer, que eu não sei porque já no mandato anterior houve este problema, é que quando há a minoria, ou quando há a maioria dos membros da mesa ausentes, teremos que eleger novos elementos por voto secreto. Eu não sei, posso estar enganado, mas no artigo 22 diz, lá, nas suas faltas ou impedimento de qualquer dos secretários é substituído. Depois a seguir diz, na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da Mesa, a Assembleia elege, por voto secreto, dentre os deputados municipais presentes o número necessário de elementos para integrar a Mesa que vai presidir à reunião, salvo exposição contrária constante no Regimento. Este é o meu entendimento, a Assembleia é soberana. Nada contra com as pessoas que estão na Mesa até podem ficar as mesmas, mas temos que as eleger, por prejuízo depois de tudo o que hoje tomarmos decisão, até porque há uma decisão que afeta a Freguesia da Gafanha do Carmo seja tornada nula. Peço desculpa por esta rapidez assim, mas foi tudo a correr. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (10':33")

«Obrigado. Bem já lá vamos, Luís. Vamos fazer a chamada e eu já respondo ao Deputado Luís Diamantino, está bem?»

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Segunda Secretária (provisória) da Mesa, Sandra Januário: (10':48")

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (13':10")

«Muito bem. Muito obrigado.

Relativamente à interpelação feita pelo Deputado Luís Diamantino, à Mesa, na realidade, no ponto 5, do artigo 22, Composição da Mesa, “na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da Mesa, a Assembleia elege por voto secreto, entre os deputados municipais presentes, o número necessário de elementos para integrar a Mesa que vai presidir à reunião, salvo disposição contrária constante do Regimento”.

A Mesa não tem nada contra em nós fazemos esta votação, esta eleição em voto secreto, mas eu, antes disso, e se, realmente for necessário, o faremos, coloco à deliberação desta Assembleia Municipal se acham que realmente é necessário fazer esta eleição em voto secreto.

Eu pergunto se é realmente necessário fazer esta votação por voto secreto ou se podemos avançar com a indicação de cada um dos partidos para a composição da Mesa.

O Regimento diz “na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da Mesa, a Assembleia elege por voto secreto, entre os deputados municipais presentes, o número necessário de elementos para integrar a Mesa que vai presidir à reunião, salvo disposição contrária constante do Regimento”. A interpretação da Mesa, o que a Mesa quer é simplificar e, portanto, temos um elemento do PS, temos o elemento do PSD, nada melhor do que substituir diretamente, mas podemos fazer a votação. Muito bem, alguma opinião? Muito bem, vamos então fazer a votação.»

Procedimento Regimental

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (15':43")

«Eu peço ao Gabinete de Apoio que providencie os boletins de voto e que façamos esta eleição. E peço ao meu primeiro e segundo secretários que abandonem a Mesa. Exatamente. Podem não ser eleitos. Eu peço é que a transmissão seja suspensa porque agora vamos ter que preparar os boletins do voto, fazer a distribuição dos boletins de voto. Então nessa altura voltamos aos trabalhos. Está bem? Até já.»

Interrupção dos trabalhos às 21:09

Os trabalhos foram retomados às 21:15

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (22':01")

«Muito bem. Chegou à Mesa uma proposta de composição da Mesa, uma proposta do PSD e do PS, que propõem que a Mesa seja constituída pelos seguintes deputados Municipais: Paulo Pinto Santos, Domingos Vilarinho e Sandra Januário. E, portanto, é única, é a lista A. Eu peço que os senhores votem, preencham com ‘A’ ou com nada, ou com uma carinha se quiserem também dá, também pode ser.

Eu vou chamar e à medida que for chamando, vocês vêm aqui depositar o voto, está bem?»

No âmbito do n.º 5, artigo 22.º do Regimento da Assembleia Municipal procedeu-se à eleição, por escrutínio secreto, dos Secretários da Mesa da Assembleia, face à ausência justificada do 1.º Secretário, Pedro José Catarino Senos Tróia e da 2.ª Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (27':42")

«Portanto, a proposta de composição da mesa que referenciámos como lista A foi eleita por maioria, com 22 a favor e 2 votos brancos. Portanto eu peço à Sandra Januário para assumir o lugar de segunda secretária e ao Domingos Vilarinho, que assuma o lugar de primeiro secretário. Muito obrigado.»

Aprovação das Atas

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (28':19")

«Vamos passar para a aprovação das atas número 32 e 33, referentes à sessão ordinária de junho. Como sabem, apenas se devem pronunciar os membros da Assembleia que estiveram presentes nas respetivas reuniões. Existe alguma consideração relativamente estas duas atas? Não? Muito bem.

Coloco a ata número 32 referente à primeira reunião da sessão ordinária de junho, realizada no dia 28 de junho de 2024 a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? A Ata n.º 32 foi aprovada por unanimidade.

Coloco a Ata n.º 33 referente à segunda reunião da sessão ordinária de junho, realizada no dia 4 de julho, a aprovação. Quem vota contra? A Ata número 33 foi aprovada por unanimidade.»

Expediente

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (29':15")

«Passando agora ao expediente. No que respeita à correspondência, os serviços de apoio à Assembleia Municipal rececionaram entre junho e agosto, diversa comunicação, junho, julho agosto e setembro, diversa comunicação da qual destaco:

- Convites dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia para representação protocolar da Assembleia Municipal, remetidos pelo Executivo Municipal pelas Juntas de Freguesia, pelos agrupamentos de escolas, pelas associações e entidades públicas e privadas, aceites dentro da disponibilidade possível;
- Comunicação de um munícipe sobre incidentes no centro de Ílhavo, na Calçada Carlos Paião;
- O catálogo das edições Sílabo remetido pela ANAM;
- Comunicação da Dra. Helena Malaquias a informar a cessação da sua colaboração com o jornal "O Ilhavoense" enquanto diretora;
- A deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa com a saudação pelos 200 anos da Vista Alegre, reencaminhada para os deputados municipais;
- Comunicação do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré com informação sobre a aprovação do financiamento do Centro Tecnológico Especializado (CTE), a par com idêntica aprovação do financiamento ao Agrupamento de Escolas de Ílhavo;
- O catálogo de projetos e iniciativas para as autarquias da Fundação Mário Soares, remetido pela Associação Nacional das Assembleias Municipais;
- e, por último, as já habituais ações de formação promovidas pela ANAM e pelo CVEL.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (30':45")

«Vamos agora então passar a alguma possível intervenção do Público. Pergunto ao público aqui presente se alguém pretende usar da palavra. Temos uma inscrição. Mais alguma inscrição? Só uma inscrição. Muito bem.

Antes de descer, que eu vou convidá-lo a descer e vir aqui ao púlpito, dizer-lhe que vai ter 5 minutos no máximo de intervenção e solicito que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentado de forma mais sucinta possível.

Além disso, e porque nós estamos a gravar e estamos a transmitir em direto, por força do Regulamento Geral de Proteção de Dados é importante, para defesa de todos, que tenha sido dado consentimento formal, ou vai dar consentimento formal, através do preenchimento do novo impresso anexo 1, que o Gabinete de Apoio vai-lhe facultar. Ok? Portanto, convido-o a vir aqui abaixo, por favor.»

Do público

Município, Pedro Santos: (32':45")

«Antes de mais nada, boa noite. Eu dirijo-me aqui no seguimento de uma reunião que nós realizámos na Costa Nova, sobre o assunto dos arrumos dos pescadores, no dia 27 de abril de 2023. Era para fazer uma intervenção em termos da má utilização dos arrumos.

Eu sou pescador há 5 anos, necessito de um cais, de um arrumo para os apetrechos de pesca, que é a função daquilo, e que tem sido mal utilizado. Temos sérias dificuldades em arranjar rumos para quem realmente queira fazer daquilo uso apropriado, quando mais de metade dos arrumos têm sido para outros fins, como subaluguer a pessoas que nem são da terra, nem têm nada a ver com a pesca, outros que servem para armazéns de restaurantes, outros que servem para câmaras frigoríficas, outros que servem para dormitórios em plenos meses de Verão. E queríamos saber qual é o ponto de situação ao fim de um ano e meio, visto que já alertámos várias vezes a Câmara, alertamos por e-mail, reuniões, e até ao momento não obtivemos qualquer resposta. Para já está tudo.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (34':05")

«Obrigado. Pode-se dirigir, então, às galerias. Muito obrigado.

Boa noite, Senhor Presidente da Câmara. Não sei se quer fazer algum comentário?»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (34':38")

«Obrigado, Senhor Presidente. Muito boa noite a todos. Um cumprimento especial à Mesa desta Assembleia, a todos os Deputados, a todas as 20 pessoas que se deslocaram das suas casas para estar aqui, hoje, a assistir à Assembleia Municipal, e também àquele que possam estar a assistir fora daqui pelos meios que estão disponíveis para acompanhar a Assembleia Municipal. E um cumprimento especial à equipa do Executivo, aos 7 elementos que estão aqui.

Obrigado, Senhor Pedro Santos pela forma como expressou toda a má utilização que é feita dos arrumos. É conhecimento nosso. A verdade é que há algum tempo, desde abril desse ano, e mesmo antes, já conhecíamos parte daquilo que refere.

A facilidade com que nós possamos ajudar a resolver a má utilização, ou utilização indevida, desses arrumos, não é uma situação fácil para nós resolvermos. Só se fizermos aquilo que temos vindo a fazer, e já o fizemos também no mercado da Costa Nova, hastas públicas ou a arrematação de novas colocações para quem lá está. Não tivemos ainda a disponibilidade necessária para rever essa situação. Também pensámos que todos aqueles, que pela proximidade que têm uns com os outros, conseguiram resolver essas utilizações indevidas, uma vez que esses equipamentos que foram disponíveis aos pescadores têm umas casas de banho, têm uma pessoa que tenta zelar, com as suas qualidades, aquilo que é um bem público, não só as docas que estão na água, mas também os equipamentos que estão em terra. Nós fizemos a conservação em manutenção desses equipamentos. Mas, é evidente que todos nós conhecemos o problema, mas não os conseguimos eliminar esse problema. E

até como referiu, e bem, a utilização indevida, colocando arcas e outros equipamentos para suporte de moradias e suportes também de equipamentos de restauração. Aquilo que eu irei fazer é deslocar-me para conversar com o Pedro Santos sobre esta situação, no decorrer do trabalho que estamos a fazer, e dar-lhe um ponto de situação sobre isso. Porque queria também que a STL me referenciasse quais são os arrumos que estão nessa situação, porque, como sabe, muitos deles, estão a ser utilizados pelos pecadores e guardam lá os seus apetrechos. Tivemos, até, um ato de vandalismo recentemente e vieram também os pescadores, junto de mim, para colocar lá rede wi-fi, para ver se conseguiam por meios de alarme nas suas instalações. Uma situação que ainda não está resolvida porque tem um custo elevado e também terá um custo elevado, para cada um, se pretender pôr o seu próprio equipamento com um cartão que permita o acesso às redes, para depois ter a informação devida nos seus equipamentos ou chegar a casa a mensagem de que poderão estar a vandalizar ou não. E, portanto, temos estes desafios grandes.

Acredito que temos feito algum trabalho sobre isso. Não tem sido fácil. Pensei que conseguia, de alguma forma, através de uma pequena conversa com algumas pessoas que têm esses arrumos com utilização de forma indevida. Sabemos perfeitamente que muitos nem são arrumos de pesca, como o senhor sabe bem. É um residente da Costa Nova há muitos anos, conhece bem o meio, mas conte comigo para continuar a fazer esforços para que essa situação se resolva e que possamos também dar uma nova solução para esses arrumos.

Uma das lutas que eu tive recentemente, e deve-se ter apercebido, foi mesmo bloquear a utilização da luz quando estivemos em obra e, indevidamente, toda a gente ligou a luz outra vez. Nós colocámos lá um aviso para que as pessoas durante o dia, porque estávamos a fazer operações em todos os barracos e podia haver ali um curto-circuito ou outra situação qualquer para não houver danos para ninguém, e, indevidamente, foram-nos ligar o disjuntor. Essas guerras nós não as queremos comprar. Portanto, eu tentarei nos próximos dias passar lá, aqui com o Senhor Vereador e ver mais uma vez o ponto de situação e dar-lhe conhecimento, a si, pessoalmente, sobre a decisão que vamos tomar logo que concluamos o processo todo do Mercado da Costa Nova, que ainda faltam as lojas envolventes também ao Mercado, que será um processo que ainda será encetado agora, em final da última quinzena de setembro, início de outubro, para fecharmos também a rematação da questão da Costa Nova, que tinha algumas situações que não estavam muito corretas de acordo com aquilo que são os Regulamentos Municipais. É evidente que esses arrumos também têm um Regulamento que regula essa utilização e, portanto, teremos que fazer um pressing sobre essa matéria. Saberá que era mais fácil, entre vocês, resolverem esse problema. Não o conseguem. Pois vamos ver se temos que fazer coercivamente isso, vamos ver o que conseguimos. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Voto de Louvor

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (39':41'')

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos entrar no Período Antes da Ordem do Dia. Antes destas intervenções do Período Antes da Ordem do Dia, a Mesa coloca a apreciação e votação o Voto do Louvor apresentado pelo PSD, e previamente subscrito por todos os Grupos Municipais, pelo reconhecimento do mérito profissional e cívico da Professora Maria Helena Malaquias. Nesse sentido, vou pedir ao nosso Primeiro Secretário que proceda à leitura do voto do louvor.»

Primeiro Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (40':13'')

«Voto de Louvor proposto pela Assembleia Municipal de Ílhavo à Professora Maria Helena Malaquias».

O Voto de Louvor é apenso à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (43':33")

«Muito obrigado. Não sei se alguém quer tecer algum comentário relativamente a este Voto de Louvor. Não há nenhum comentário, muito bem. Vamos então votar este Voto de Louvor. Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem. o Voto de Louvor à Dra. Maria Helena Malaquias foi aprovado por unanimidade. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (43':56")

«Vamos passar às intervenções neste Período de Antes da Ordem do Dia, que devem ser centradas em assuntos de relevância para o Município e que não coincidam com as temáticas apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no Relatório da Atividade Municipal constante do Ponto 3 da Ordem do Dia, nem com a restante Ordem do Dia. Portanto, neste momento, a rotação inicia-se com o Chega, depois o PS, depois o 'Unir Para Fazer' e, por fim, o PSD. Portanto, eu aceito, a partir deste momento, inscrições. O Chega inscreve-se? Não. PS, quem se inscreve? Ora bem, Sónia. Do 'Unir Para Fazer'? Pedro Cristo e Rui Rufino. E do PSD? Temos o Luís Diamantino, o André Guimarães, a Sara Fernandes e o Flor Agostinho. Vamos começar, então, pela Sónia. Por favor.»

Sónia Fernandes, Grupo Municipal do PS: (45':21")

«Boa noite. Senhor Excelentíssimo Presidente da Assembleia e restante Mesa. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores. Caros colegas da Assembleia. Caro público.

Foi em junho de 2022, que me dirigi, neste mesmo lugar, ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de enumerar uma série de problemas, dores como chamei na altura, respeitantes tanto à Praia da Costa Nova, como da Barra.

Estes foram alguns dos pontos apresentados na altura: estacionamento indevido em passeios que bloqueiam a passagem dos peões, nomeadamente pondo em perigo crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida; excesso de velocidades nas avenidas e algumas ruas das localidades; corrida ilegais de carros, continuo aumento de assaltos a casas, moradias e a veículos.

Volvidos dois anos e após mais uma época balnear caótica, como foi a deste ano, o balanço não deixa de ser extremamente negativo. Todos os pontos acima indicados não só permanecem, como se têm agravado.

Antecipando, que o Senhor Presidente terá o seu tempo para responder, ou melhor, não responder, ao questionado, deixo aqui algumas das ações que, sim, foram realizadas pela Câmara Municipal, como se isso fosse um balão de ar, como se isso fosse uma prancha de salvação e a resolução dos problemas que realmente importam. E dou alguns exemplos que realmente foram feitos e que estão lá: construção de passeios, alguns muito mal feitos, por sinal; colocação de lombas; passadiços de madeira; parques desportivos e o parque de skate, na Barra, divertido, sim, mas com um público-alvo um pouco mais reduzido; alteração da forma de estacionamento na Avenida Côte Real, na praia da Barra. Estes são alguns pontos que, realmente, nós notámos que foi feito pela Câmara, mas que ficam muito, muito aquém daquilo dos problemas que se passam e que quem vive lá e quem visita a Costa Nova e a praia da Barra vive na época balnear. Por isso, Senhor Presidente, por muito boa vontade que tenha existido, isso não chega, não é suficiente e não resolve.

Assim, a minha questão que lhe deixo é a seguinte: há ou não há vontade política de resolver e tomar medidas eficazes para a resolução dos problemas? E não vale dizer que irá, por exemplo, na questão do estacionamento, ainda ser criado mais 99, ou o que seja, lugares de estacionamento, porque isso, relativamente ao problema que temos, é só atirar areia para os olhos. E como melhorar a segurança de quem frequenta a praia da Barra e da Costa Nova? Qual é a visão da Câmara? O que é que pretendem ser feito? Está na vossa agenda política? Porque durante estes dois anos parece que não o esteve. Esteve embelezamento, coisas mais banais, mas os problemas continuam lá. E quem esteve este Verão nas duas praias, quem frequentou, quem vive lá, sentiu todos os dias, durante estes três meses, o caos que é e, às vezes até, o inferno que é ali estar. Por isso, a minha questão, além de se há ou não há vontade política, é, havendo, quanto tempo precisam mais? Mais um mês? Dois? O mandato? É no próximo ano? É que eu deixo aqui o alerta, não é? É que pode ser a última possibilidade que tiveram, acabou agora.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (49':33")

«Boa noite a todos. Senhor Presidente da Mesa e restantes membros. Senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores. Caros colegas Deputados. Pessoas aqui presentes, munícipes que nos estão a ver em suas casas. Boa noite a todos.

Este mês para nós, ilhavenses, posso dizer que é um mês para celebrarmos uma grande marca de revolução democrática no nosso Concelho. E porquê? Há 3 anos atrás, o Movimento “Unir Para Fazer” causou um terramoto, se assim podemos chamar. E por isso eu ousei até dizer uma expressão: ganhou a democracia ilhavense. E porquê? Primeiro, em Ílhavo juntou-se um grupo de cidadãos preocupados com o seu Concelho, ultrapassando divergências políticas no seu próprio seio para um único objetivo: a melhoria da situação da gestão do nosso Município. Ganhou a democracia ilhavense quando aquilo que todos apregoam como alternância democrática, mas que só leva a sério quem está na oposição, porque quem está no poder não quer alternância nenhuma, porque se está muito bem, e conseguiu-se, 24 anos depois, existir uma alternância democrática. A democracia diz que isto é importante existir. Por isso, mais uma vez, ganhou a democracia ilhavense.

Ganhou a democracia ilhavense porque foi possível ter novas pessoas no Executivo. Pessoas com a sua competência, com formas diferentes de ver, com formas diferentes de atuar, mas onde refrescou a forma de funcionar do nosso Município e do nosso Executivo.

Ganhou a democracia ilhavense porque temos aqui uma AML com poderes reforçados, onde nenhuma bancada, por si, se consegue impor sobre todas as outras.

Ganhou a democracia ilhavense porque temos nesta mesa da Assembleia Municipal uma mesa polipolítica - há quanto tempo não tínhamos uma situação destas - onde as suas ações, e quiçá para evidenciar que é uma oposição com poder, são por mim elogiadas sempre que funcione a bem dos ilhavenses e no reforço da cultura política local.

Ganhou a democracia ilhavense quando se dá a possibilidade ao PS de ter voto na matéria, pois tantos e tantos anos seguidos como Vereadores, como membros da Assembleia a defender as suas próprias ideias, as suas convicções, mas que, de alguma forma, não se repercutiam em qualquer tipo de poder concretizado.

Ganhou a democracia ilhavense quando temos aqui, agora, o PSD a intervir com o empenho, que eu reconheço, numa posição de oposição para quem não estava habituado a ter de defender posições assumidas dos seus Executivos.

Ganhou a democracia ilhavense quando temos mais cidadãos a intervir em reuniões de Câmara, a intervir aqui em Assembleias Municipais, como nunca tinha acontecido no nosso Concelho.

Ganhou a democracia ilhavense quando podemos dizer aos partidos instalados que existem em Ílhavo pessoas muito competentes, fora do limite dos cartões políticos que impõem. E esse é o exemplo do Unir Para Fazer. Viva a democracia de Ílhavo. Tenho dito.»

Rui Rufino, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’: (54’18’)

«Boa noite a todos. Cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Senhores Deputados, estimado público aqui presente e nas suas casas.

Eu venho apenas dar aqui uma palavra sobre o início do ano letivo, que é sempre um momento muito importante para o país e para cada concelho, cada município. E é um momento fundamental para as famílias, para as crianças e jovens de cada concelho e também do nosso. Nos últimos anos tem sido um momento algo conturbado. É sempre um período em que vivemos, todos, comunidade educativa, enormes expectativas, mesmo algum entusiasmo por ir começar um novo ano letivo, mas ultimamente tem havido também alguma ansiedade em função das incertezas que ciclicamente temos vivido nos últimos anos, por exemplo, com a colocação de professores. Felizmente que no nosso concelho não são sentidas, de uma forma tão intensa, esta situação que surge em Lisboa e a Sul de Lisboa. Vivemos, no entanto, este ano, um período muito particular neste início do ano letivo, que é transversal a todas as escolas do país, que é uma grande mobilidade. Houve uma grande mobilidade, neste ano, de professores, portanto, há uma série de professores que se vão ter que adaptar a novas escolas, a novos projetos educativos. Porque chegar a uma escola não é pensar que todas as escolas são iguais. Cada escola tem um projeto educativo e, portanto, tem que entrar em sintonia com esse projeto educativo. E, portanto, é muito importante que todos façam um esforço, os professores que foram colocados no Concelho de Ílhavo, nas escolas do Concelho de Ílhavo, os professores que já cá estavam, as direções, para se ajudarem a essa adaptação ao projeto educativo de cada escola do Concelho de Ílhavo. Claro que tudo o que diz respeito à classe docente ultrapassa a Câmara Municipal, ultrapassa o município e estamos certos que tudo irá correr muito bem, pois os professores portugueses já deram provas, várias vezes, do seu elevado profissionalismo e da capacidade de se adaptarem às mais variadas situações, e sem necessitarem muito tempo para isso.

No entanto, se a Câmara Municipal não tem competência relativamente aos docentes, já o mesmo não se verifica em relação aos não docentes ou aos assistentes operacionais. Ao abrigo da delegação de competências, de que já falámos várias vezes aqui.

Então, relativamente aos assistentes operacionais, eu gostaria de perguntar ao Executivo como está a situação neste momento? Se nos poderiam dar um ponto da situação? Sabemos dos constrangimentos e dificuldades que as câmaras vivem para assegurar as necessidades das escolas, mas gostaríamos de saber se em Ílhavo vamos ter assistentes operacionais em número suficiente para todas as escolas do Concelho e se os pais podem ficar tranquilos em relação a este assunto.

E já agora, aproveito também para perguntar, como a Câmara Municipal ajudou a preparar este início do ano letivo e o que tem previsto para a abertura do ano escolar?

Para terminar, quero desejar a todos, a toda a comunidade educativa, pais, alunos, professores, não docentes da Câmara Municipal, um grande ano letivo. Sem um bom processo de ensino e aprendizagem não há verdadeiramente crescimento, não há sustentação no crescimento, não há progresso social. Daí que o papel da educação seja absolutamente decisivo. A base de qualquer evolução deriva, em primeiro lugar, da qualidade da educação de um país, de uma região, de um concelho. Estamos certos de que todos estarão à altura deste desígnio. Um bom ano para todos.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (58':39")

«Mais uma vez, boa noite a todos.

Agora mais tranquilo e peço desculpa pela intervenção anterior, mas tinha mesmo que ser. Nada contra a doutora e o meu colega Domingos, mas na semana passada tivemos umas notícias desagradáveis de umas queixas de umas Juntas de Freguesia e de umas Câmaras e eu não podia correr o risco, sabendo que hoje há assuntos tão importantes a decidir e a votar, pudesse vir alguém e tornasse nula as nossas decisões. Portanto, ficam aí muito bem sentados.

Ora bem, o que me traz cá hoje, eu como nunca sou ingrato e tenho esta postura, vinha cá agradecer ao Executivo da Câmara Municipal de Ílhavo, vinha agradecer a obra que fez na Estrada Florestal que foi deitar a casa do guarda abaixo. É uma obra que era precisa, há muito tempo que eu pedia aquilo, tinha comentado com o Presidente, já este, no primeiro semestre, esta necessidade. Ele dizia que a coisa estava no bom caminho e a coisa deu-se muito rapidamente.

Também agradecer aos meus colegas de partido, deputados na Assembleia da República, o *forcing* que fizeram para que isto fosse possível, e isto é a prova que, quando quem chefia e quem se dá ao trabalho de ouvir o Poder Local, as coisas funcionam. Se calhar, se anteriormente tivesse acontecido da parte do Governo central, aquela casa certamente já lá não estaria.

Mas nem tudo é bom. Aquela casa que, para mim era um obstáculo à circulação automóvel, também não era um ponto tão negro em acidentes. Era-o mais à frente. Aquela casa assustava as pessoas ou retirava visibilidade e as pessoas diminuíam a velocidade. Houve já, neste ano, uma morte contra o edifício, mas isso é um assunto diferente que não queria abordar. Foi uma morte quase propositada, mas, de resto, não era assim tão negro.

E chamo a atenção para que, agora, apesar da Câmara ter feito todos os esforços, aquela curva está muito perigosa, está demasiadamente perigosa, a inclinação está muito perigosa e peço a todos os condutores que tenham muita atenção.

E, já agora, que estou numa de pedir, pedir ao Senhor Presidente que continuasse a ciclovia, já que temos ali o términus, que continue.

Mas o que me traz aqui, além desta alegria da casa ter ido abaixo, é uma mágoa. É uma mágoa que, mais uma vez, este Executivo teve para comigo e teve para com a Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo. Eu começo a achar que o respeito não é assim tão mútuo. Já o foi noutras situações. Recordo-me que quando fizeram a obra que eu pedi na Rua de Extremos, na fronteira com a Encarnação Sul, tomei conhecimento do projeto pelo empreiteiro, quando já estava definido quem era o empreiteiro. Só mais tarde é que o senhor Vereador me deu o projeto. E agora, que não houve uma simples mensagem, um simples telefonema, e recordo que na Assembleia de fevereiro, aquando aqui, numa troca de palavras entre o meu colega Augusto e o senhor Vereador, o senhor Vereador diz que estamos sempre à distância de uma mensagem, e isso não aconteceu para a minha pessoa. Aquela casa foi demolida, começou a ser demolida às 8:00 do dia 3 de abril. Eu recebo um mail da Proteção Civil à 00:15 do dia 3 de abril, mas para este Executivo é mais importante dizer à Terra Nova que recebeu e publicou no dia 2, às 17:55. É mais importante dizer à comunicação social do que dizer ao Presidente da Junta. Possivelmente nem estaria lá presente para a foto, não

fosse eu ofuscar alguma coisa. Não estaria. A minha vida profissional nem sempre me permite estar. Mas acho que para um Executivo que diz, e o Senhor Presidente e o senhor Vereador falará depois de mim, poderá dizer aquilo que quiser, e eu poderei nem ter direito a resposta, que relação é excelente. Começam a ser demasiados casos em que a relação nem sequer existe. Pelo menos para com a minha Junta e, pelo menos, para com a minha pessoa. Eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se gostava, numa obra que ele tanto ambiciona, uma obra que ele pedisse ao Estado Central para fazer, que viesse aqui o Estado Central fizesse a obra e nem sequer passasse cavaco ou dissesse “olhe amanhã, vamos aí fazer essa obra”. Será que ele ia gostar? E pergunto diretamente, Senhor Vereador e Senhor Presidente, as perguntas são feitas ao Presidente, como é óbvio, se quiser passar ao senhor Vereador, passa, não acha que eu merecia, pelo menos, um simples telefonema ou mensagem a dizer assim “amanhã, finalmente, vamos por a casa abaixo”? É a questão que eu gostava que o senhor Presidente me respondesse. Muito obrigado.»

Sara Fernandes, Grupo Municipal do PSD: (01:04:22”)

«Muito boa noite a todos. Primeiramente, cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Executivo, cumprimentar os Deputados Municipais, cumprimentar o público que está cá presente, o público que está lá em casa a assistir. Também cumprimentar a comunicação social, que eu não sei se está cá presente ou não, mas...

Caríssimos, terminou mais uma época balnear e estamos perante um início de ano letivo, onde, para uns, simboliza renovação, novos desafios, novas oportunidades e, para outros, simplesmente o continuar duma caminhada, tendo impacto nos nossos alunos, nas nossas famílias e na nossa comunidade. Uns vão para a escola primária, outros para o básico, para o secundário, outros vão para a universidade. E para estes jovens que ingressam, neste ano letivo, no ensino superior eu só posso desejar muitas felicidades e dizer-vos que a universidade é um marco na vida de qualquer estudante. Sei que este desafio será abraçado com responsabilidade, entusiasmo e certamente grandes expectativas. Que seja o início de uma jornada de sucesso para os jovens do nosso município, não só académico, mas também de crescimento pessoal e de descoberta. Mas para os nossos jovens que chegaram a esta fase tão importante das suas vidas o trabalho incansável dos nossos agrupamentos de escolas, nomeadamente o Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, o Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré e o Agrupamento de Escolas de Ílhavo foi imprescindível e vai continuar a ser. Desta forma, desejo os votos de bom início de aulas e de bom trabalho para os nossos agrupamentos, para as nossas direções de agrupamento, os nossos professores, os nossos assistentes operacionais, pais e encarregados de educação, comunidade escolar, pois o trabalho de todos é fundamental para o adequado funcionamento das Instituições e formar as gerações futuras, porque o sucesso educativo não se constrói sozinho, mas sim com a cooperação de todos.

Permitam-me agora destacar o momento que é o orgulho para a nossa região, que é a celebração dos 200 anos da Vista Alegre. É um marco histórico que relembra a importância desta empresa para Ílhavo, para Portugal e, ousado dizer, para o mundo. Ao longo de dois séculos, a Vista Alegre não só se afirmou como um símbolo da excelência e de arte em porcelana e cristal, mas também como um pilar fundamental no desenvolvimento económico e cultural do nosso Concelho. É impossível falar da história de Ílhavo sem mencionar a Vista Alegre. Ao longo dos anos, a empresa construiu uma herança que combina com a tradição e a inovação, conquistando o seu espaço no mercado global. Mas mais do que uma marca de prestígio, a Vista Alegre representa uma parte da alma da nossa comunidade, gerou emprego e impulsionou o turismo e foi ponto de encontro entre o saber artesanal e o design contemporâneo, sempre elevando o nome de Ílhavo além-fronteiras.

Quero também salientar a importância da presença do nosso Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, nas festividades que assinalaram esta data histórica. A sua presença e de membros do Governo neste evento é uma demonstração clara do reconhecimento, a nível nacional, da relevância que a Vista Alegre tem para o nosso país. É um sinal de apreço pelo contributo que a empresa deu e continua a dar ao crescimento económico e ao reforço da nossa identidade cultural. Esta celebração dos 200 anos, que trouxe a comunicação social nacional até nós e que levou o nome da nossa terra em fronteiras, valorizou também as festas em honra da Nossa Senhora da Penha de França, reconhecendo esta importante componente religiosa e reforçando o nome da Vista Alegre nas raízes locais. Aproveito também para congratular todas as mordomias do nosso Município.

E, por fim, relativamente às festas religiosas que temos tido no nosso Município, trago com muita insatisfação aquilo que se vive na Gafanha de Encarnação, que é uma questão de inatividade municipal. Temos assistido na Freguesia a várias intervenções na rede de

saneamento que naturalmente criam constrangimentos aos habitantes e à circulação rodoviária, mas também temos assistido a uma vergonha na execução dos trabalhos. As obras em questão, que foram atribuídas por concurso público à empresa construções Carlos Pinho, e estamos a falar de obras com valores superiores a 6 milhões de euros, que são responsabilidade do agrupamento de identidades adjudicantes que integra o Município de Ílhavo e as Águas da Região de Aveiro que, também por concurso público, adjudicaram a fiscalização, a gestão de qualidade, a coordenação de segurança e a coordenação de gestão ambiental da empreitada a uma empresa que não tem feito o seu trabalho adequadamente. Estamos a falar de um trabalho executado na Freguesia da Gafanha da Encarnação com pouco profissionalismo, onde a fiscalização da Câmara Municipal de Ílhavo tem falhado redondamente. Foi com muita tristeza que este fim de semana, a procissão da Gafanha da Encarnação passou por uma rua completamente em obras e mostra o respeito que o Executivo da Câmara Municipal de Ílhavo, liderado pelo Senhor Campolargo, tem pelos munícipes da Gafanha de Encarnação. E estou a falar também de problemas de execução da obra, como vou dar alguns exemplos: desalinhamentos nos alcatroamentos das ruas; abatimentos em vias com meses de execução; falta de sinalização; falta de divulgação da informação aos munícipes relativamente a vias alternativas; falta de planeamento nos tempos de execução de obras, sem levar em consideração eventos que, à partida, já sabemos que irão acontecer e mobilizam centenas de pessoas, e a desorganização na preparação do circuito alternativo para a passagem da procissão que, eventualmente, veio a passar no circuito normal, mas num estado miserável. E, aqui, o planeamento teria feito toda a diferença. A Câmara Municipal de Ílhavo tem a responsabilidade de averiguar todas estas circunstâncias e, principalmente, o Presidente da Câmara Municipal que já teve, em tempos, um papel fiscalizador ativo quando era Presidente da Junta de São Salvador, principalmente nos trabalhos de saneamento na Gafanha de Aquém. E, aqui, relembro que, para o desenvolvimento sustentável do nosso município e para a melhoria da qualidade de vida, o saneamento básico e a rede de águas pluviais é imprescindível, tendo um papel essencial para a saúde pública, para a preservação ambiental e para a dignidade dos cidadãos. A Câmara Municipal de Ílhavo pode contratar ou terceirizar a fiscalização de obra. Contudo, enquanto representante da população, tem o dever de cuidar dos interesses dos munícipes. Relembro, como líder do Executivo Municipal que é sua responsabilidade assegurar o planeamento e a execução das obras de saneamento que sejam uma prioridade na gestão pública. Cabe-lhe garantir que os recursos sejam bem aplicados, que os prazos sejam cumpridos e que as obras sejam realizadas com qualidade, sempre tendo em vista o bem-estar da população.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD: (01:12':10")

«Boa noite a todos. Boa noite, digníssimos Deputados e Deputadas da Assembleia Municipal. Eu venho aqui, neste ponto antes da Ordem do Dia, falar de um ponto que, não estando na Ordem do Dia desta reunião, esteve e está na ordem do dia do município e que envolve o Festival de Bacalhau. Nós, como sabemos, o Festival de Bacalhau é o maior evento do Município de Ílhavo desde 2008, quando a sua primeira edição na Freguesia da Gafanha da Nazaré e tem vindo a consolidar-se como um marco no calendário, não só para os cidadãos, como para os que nos visitam e, sobretudo, para as Associações do Concelho que contribuem determinantemente para a dinâmica cultural, desportiva e recreativa da nossa terra. Faz hoje um mês da realização do Festival do Bacalhau e eu considero extemporâneo vir a falar sobre um evento de verão numa futura reunião ordinária desta Assembleia, provavelmente em novembro, com um tempo e com uma hora de inverno.

Trago hoje pela presença do ponto e para dar voz aos participantes do Festival de Bacalhau e, sobretudo, e, em particular, para dar voz aos participantes da Volta ao Cais em Pasteleira. A Volta ao Cais em Pasteleira é uma atividade que já tem anos neste município e já foi incluída na programação do Festival do Bacalhau faz muito tempo. Eu digo por mim que é emocionante ver como as pessoas, na sua maioria da Gafanha da Nazaré, participam nesta recriação histórica com grande espírito comunitário, envergando as roupas dos seus antepassados e movendo-se de pasteleira, ou seja, de bicicleta, como hoje tantas e tantas cidades querem que os seus cidadãos andem de bicicleta para incentivar aquilo que se chama a mobilidade com recurso a modos suaves. Isto da forma bonita de se dizer.

Eu sempre que assisti a esta atividade, vi um clima de camaradagem, de boa vizinhança entre as pessoas que participavam. Eu tenho familiares que participam regularmente, conheço pessoas que verdadeiramente enfrentam doenças graves e que mesmo assim fazem questão de limpar a sua bicicleta. Participar nesta pedalada é uma concretização saudável e é uma manifestação comunitária. Por isso, cada participante desta atividade, cada um deles e cada

uma delas presta uma homenagem respeitosa à história e à cultura da qual todos fazemos parte e com toda a deferência merece, da minha parte, enquanto cidadão da Gafanha da Nazaré e do Município de Ílhavo, o meu respeito. E tenho a certeza também que a bancada do Unir Para Fazer alinha comigo nesta perspetiva. Eu, não raras vezes, ouvi nesta Assembleia várias intervenções da parte da bancada do Unir Para Fazer que pediu à Câmara Municipal para olhar para estas manifestações populares e comunitárias como parte valiosa da cultura do Município e que a política cultural não pode cingir-se à programação de novas correntes e tendências artísticas. Eu, nesse aspeto, eu não posso discordar. É disso, inclusive, o bom trabalho, e também ele já histórico, que a equipa do Museu Marítimo de Ílhavo, que trabalha diariamente na preservação e valorização destas dinâmicas, é prova disso a forma como se associa a Volta ao Cais em Pasteleira. Houve até inovação, meritória, devo dizer, de premiar a melhor pasteleira e a melhor farpela, numa lógica de incentivar a participação e reconhecer quem participa.

As pessoas participam. Os visitantes aplaudem. As instituições até apoiam... só a Câmara é que não aprende nada.

Desde o ano passado que, agora uma pessoa para poder participar nesta atividade, tem que pagar 5 euros. E se no ano passado podíamos assumir que isto seria um desvario da *silly season*, este ano voltou-se a colocar o pagamento de 5 euros para quem quer participar.

E eu pergunto, estes 5 euros são para quê? E perguntei, de facto. Ouvi vários motivos, perguntei e disseram-me que podia ser para os seguros. Mas mal estamos se a Câmara não tem um seguro de responsabilidade civil acionável para este tipo de eventos. Pode ser para pagar a prestadores de serviços externos, pois a história mostra-me que, quando não havia prestadores de serviços externos, as pessoas participavam na mesma, organizavam-se na mesma e eu diria até que, se calhar, com mais afinco. Ou que seria para pagar o kit de participante. Sim, razoável. Mas o que é o kit, diria eu, dado a pessoas que dão de si para a realização da atividade no saldo de contas do Festival do Bacalhau? Acresce que já antes as pessoas levavam o seu farnel, como faziam antigamente, sem precisarem de kits. Claro, está escrito nas regras, publicadas no site da Câmara, que a participação é gratuita. De facto é que quem quiser ir pode ir sem pagar. Verdade. E vai na mesma. Ninguém vai impedir que a pessoa participe. Bem sei, no entanto, que se quiser receber o kit e se quiser receber o lanche vai ter que pagar. Explicação lógica, para alguns até aceitável. No entanto, para mim, não é aceitável. Não é aceitável que no fim de uma Volta, chegados no fim da tarde ao recinto do Festival do Bacalhau, os participantes sejam divididos entre os que pagaram e entre os que não pagaram. Porque é isso que aconteceu. Define-se, não sei se sabem, mas define-se um espaço, com fita semelhante àquela que se usa para definir as áreas de crime pela polícia, em que só entra quem tem a participação paga. Nós estamos a falar de pessoas que vivem, se for preciso, na mesma rua e que até fizeram comida para partilharem umas com as outras no fim do passeio e, pela Câmara, foram separadas. Isto é aceitável? Não, não é aceitável pelo PSD. Não é aceitável porque no tempo do PSD não se faziam divisões, nem onerações a pessoas que, simplesmente, querem fazer parte da sua própria comunidade e respeitar a sua própria história. E depois, se realmente as pessoas vissem os resultados práticos desse dinheiro, desse investimento. Pergunto, o que é que as pessoas da Gafanha da Nazaré podem advogar que tenha sido um investimento relevante da Câmara na Freguesia onde moram e na melhoria da qualidade de vida da cidade da Gafanha de Nazaré? Porque, Senhor Presidente, eu não creio que seja a cobrar aos munícipes sem dar em troca que se ganham eleições. Pelo menos não é assim, certamente na Gafanha da Nazaré.

Por isso eu termino com esta nota para que se pondere o futuro da organização desta atividade, preferencialmente sem custos acrescidos para quem já trabalha e dá de si para que no fim tenhamos uma boa fotografia. E também que essa ponderação, que aqui peço, que esteja também presente aquando da elaboração do relatório que há de vir na reunião ordinária de novembro, porque era bom que fosse evidente pelos números aquilo que já devia ser evidente pela realidade, a remoção imediata desta quota de inscrição.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:19:30")

«Muito obrigado. Flor Agostinho. Prescinda? Muito bem. Não temos mais nenhuma inscrição nesta primeira ronda. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:19:45")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Bem, os assuntos não trouxeram assim nada de novo, nem de espetacular para nós podermos fazer aqui uma abordagem crítica sobre eles.

Fico com as mensagens da doutora Sónia, representando o PS na Assembleia, Deputada, dizendo que só faltou referir a questão das esplanadas, se o circuito de água potável e saneamento funcionou bem. Se o nível da água da ria subiu em algumas zonas e criou alguns problemas de constrangimento também ao acesso às casas, porque também é natural nas marés com maior amplitude. Portanto, as referências que fez, penso que podemos continuar a carregar as mesmas para uma responsabilidade superior, uma responsabilidade que no nosso território cabe à GNR. Portanto, iremos evidenciar isso e também iremos, com algum cuidado e com a devida precaução, poder, numa próxima Assembleia, se eu já tiver esses dados, falar o que é que é o estacionamento indevido, o que é que é o excesso de velocidade, o que é que são as casas assaltadas e veículos, as corridas e casos, se houver participações destas situações. A mim preocupa-me tudo isto, porque no acompanhamento que faço, ainda hoje acabei de marcar duas reuniões, uma reunião de segurança restrita e outra com maior amplitude e maior participação, e não tem sido referência nessas reuniões este tipo de coisas. Portanto, é natural que as pessoas possam não participar isso. E, portanto, peço por favor, que transmita à comunidade local que é importante manifestarem-se perante as autoridades sobre estas situações e que, sempre que possível e que haja essas corridas, que eu julgo que são ilegais, de carros, possam ser transmitidas a tempo e horas a quem fiscaliza esse tipo de coisa, que não é a Câmara Municipal. Portanto, fazer isso. Pedia-lhe mesmo encarecidamente que tomasse esse cuidado para bem de todos.

Olhe também não sei o período que vou estar, porque isto é todos os dias um período e, portanto, são 24 horas. Portanto, espero ainda durar mais algum tempo. A política para mim faço-a todos os dias. Escolhi também esta forma de estar e, portanto, não vou referir nada sobre o seu futuro, mas já vi que deseja-me um futuro mais curto que aquilo que eu ambiciono na política, mas chegaremos à altura de definir essas coisas com os nossos cidadãos.

Quanto ao Pedro Cristo, poucas referências tenho a fazer.

Relativamente ao Senhor Rui Rufino, dizer-lhe que já o ano passado nós fizemos um reforço suplementar daquilo que eram as assistentes operacionais, só que nós não controlamos o número de baixas, nem o número de problemas que as pessoas possam ter, acidentes de trabalho ou tudo, nos nossos três agrupamentos, não precisamos aqui de relevar o agrupamento A, B, C ou D, é nos três agrupamentos. Tentamos, penso eu, ter o número suficiente para que não ponhamos em causa a abertura das escolas. Posso-lhe dizer que o ano passado tivemos que deslocar trabalhadores do Município, que estavam aqui na Câmara Municipal, para garantir a abertura das escolas que, realmente, por baixas e por outras situações, até por situações de apoio à família e tudo, tivemos situações em que não tínhamos realmente o número de indivíduos suficientes. E o ano passado, como sabe, regularizámos 52 pessoas nos agrupamentos de escolas, assistentes operacionais. Ficámos sem reserva de recrutamento, que estamos neste momento a tentar resolver novamente. Mas temos vindo a resolver isto para aumentar o quadro de pessoal efetivo, porque muitas dessas pessoas eram precárias. Resolvemos essa situação este ano. Vamos tentar continuar com essa política também de garantir às nossas Diretoras sempre o suporte necessário de assistentes operacionais e assistentes técnicos que também nos cabe a nós.

Relativamente à abertura do ano escolar, temos agora a sessão de apresentação aos novos professores. Penso que estão uns 198 ou 200 inscritos na sessão, que acontece quinta-feira. O processo está com a nossa Divisão da Educação e com o Adjunto, o Professor Ribau, que tratou deste processo. Espero que seja como nos anos anteriores, também desde que estamos na Câmara Municipal, que tenha um resultado positivo e que sensibilizemos todas e todos, para que estas atividades, que são feitas no serviço de educação municipal, e que sejam as atividades, também, fora do serviço de educação, sejam também informados de todos aqueles que vêm para os nossos agrupamentos de escolas que tomem conhecimento disso e, portanto, que fiquem já preparados para o ano letivo que aí vem.

Temos um desafio grande que é perceber se temos professores suficientes para as AEC, portanto, estamos também a tratar desse processo.

Relativamente ao senhor presidente Luís Diamantino. Não tenho muito a referir sobre isso. Penso que há aí qualquer coisa que está mal esclarecido em si próprio, não em nós, mas o tempo poderá amadurecer mais isso. Não sei, acho que você tem boas recordações e terá sempre do trabalho que vai fazendo na Junta de Freguesia, como eu tenho. E, muitas das vezes, tive que correr atrás da informação. Não pude ir só pela informação que me passavam. Corri muitas vezes atrás da informação. E quando olho para o senhor dizer determinadas coisas, digo, “poça, eles conseguem ir falar acima”. Eu não consigo ir fazer isso nunca a nenhum colega que esteve aqui no meu lugar. Mas eles conseguem fazer isso. É a diferença na governação autárquica.

Relativamente à dona Sara, não tenho nada a dizer às referências que fez.

Ao senhor André Guimarães também não tenho muito a dizer, a não ser que a Senhora Vereadora queira dar aqui uma satisfação relativamente a esta situação da Volta ao Cais, que eu acho que foi um sucesso, que tem vindo a somar títulos nos participantes. Eu próprio não estive, não me senti discriminado e não me tinha inscrito. E já é o segundo ano que participo com uma pasteleira que também é minha propriedade. Julgo que no primeiro ano fiz com as duas que a Câmara que tem, ou com uma das que a Câmara que tem, mas agora tenho ido com a minha, desde 2023. Portanto, penso eu desde 2023. Portanto, não há grandes novidades, mas, claro, ouvir o senhor André Guimarães e estas referências, registamos sempre com agrado. Faz favor, Senhora Vereadora.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (01:26:47")

«Boa noite a todos. À Mesa, aos Deputados Municipais, cumprimentá-los a todos.

Em primeiro lugar, a Gafanha da Nazaré é também a minha freguesia. Eu também vivo esta tradição. A referência que se faz àquilo que é um projeto de ativação de memória, que é tecnicamente assim que se denomina a Volta ao Cais em Pasteleira, que teve como início o projeto territórios com história, e entendemos nós que, a partir do término desse projeto, naturalmente que a dinâmica construída era importante, até porque celebra a figura feminina. Foi aí que cresceu e que nasceu este projeto. Celebra a figura feminina num contexto de uma comunidade piscatória e toda a atividade complementar. Mas, na verdade, tenho a dizer-lhe que eu participava na Volta ao Cais. E também assim, com familiares, amigos, tive oportunidade de observar as dinâmicas instaladas. E havia uma questão que causava também bastante desconforto às pessoas, que era o facto de nem sequer o grupo estava a chegar ao Jardim Oudinot e já não havia qualquer tipo de lanche disponível. Porquê? Porque não havia controlo daquilo que eram os participantes. Aquilo que nós fizemos, a equipa do Museu, naturalmente sob a minha orientação, foi tentar regar e, de certa forma, planear um verbo aqui utilizado, e bem, temos que planear, temos que preparar e garantir as condições para que as atividades decorram com o impacto que nós pretendemos. Nunca foi vedada a participação, absolutamente, de ninguém. Aliás, no primeiro ano em que foi introduzida esta diferença foi clarificado, mais que uma vez, porque suscitou muita discussão pública relativamente à participação, que qualquer pessoa poderia participar. E a vedação é, claramente, eu não sei se é da perceção global, mas aquela zona do Festival do Bacalhau tem aumentado a permanência por parte de pessoas e do público de participação nas atividades, e é importantíssimo vedar. Claro que se tem que vedar para impedir que o público que está a participar no Forte das Brincadeiras, ou, simplesmente, está naquela zona de estar, dos bares, ocupe o lugar que vai servir de receção e de confraternização entre todos. O que lhe posso dizer é que muita gente que não tinha adquirido bilhete, entra, senta-se no espaço reservado para o piquenique. Nunca foi vedado o acesso, absolutamente, de ninguém. Simplesmente aquilo que é feito é garantir que as pessoas têm lanche neste momento. Elas têm, inclusive, podem levar a recordação daquilo que é o kit de participação. E posso-lhe dizer que o feedback recolhido, porque nós fazemo-lo no imediato e à posteriori, o feedback recebido relativamente à qualidade do serviço... primeiro, garantimos lanche para toda a gente que pretende. Segundo, a experiência tem sido positiva, mesmo com a questão do bailarico que acontece de seguida.

E é tudo o que me parece que é relevante apontar relativamente a esta atividade. Reforço que a participação sempre foi aberta a todos. Esta questão, e porque a experiência também nos ensina que as atividades gratuitas não criam responsabilização de ambas partes, o facto das pessoas saberem que estão a adquirir um serviço tem uma expectativa, do ponto de vista qualitativa, completamente diferente daquela que existia previamente. E é muito bom sentirmos que isso está a ser correspondido. Muito obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:31:29")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir a segunda ronda de intervenções. Do Chega? Muito bem, temos o Sérgio Louro. Do PS alguma inscrição? Sónia Fernandes e o Pedro Martins. Do Unir Para Fazer, alguma inscrição? Pedro Cristo, Daniela Alegria. Do PSD? Ainda têm um minuto. Carlos Pedro. Portanto, Sérgio Louro, por favor.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (01:32:32")

«Boa noite, Senhor Presidente da Mesa e aos Secretários. Senhor Presidente da Câmara e os restantes Vereadores. Aos caros, colegas Deputados. Ao público que nos assiste aqui, nas

galerias, e ao público que eventualmente está a assistir aos trabalhos via plataformas de *streaming*.

A propósito da intervenção do cidadão, relativamente aos abrigos de pesca na Costa Nova, começo por fazer um elogio ao Executivo. Algum tempo atrás, precisamente neste período, eu chamei a atenção do Executivo do mau estado em que esses equipamentos municipais estavam e o Executivo planeou e recuperou, pelo menos ao passar lá, vi que já estavam, havia portas a cair, vi que as portas já estavam reparadas e que os edifícios estavam envernizados, protegidos, digamos.

Agora no seguimento, portanto, da intervenção aqui do cidadão, penso que é Paulo Santos ou Pedro Santos, peço desculpa se me enganei, já não é a primeira vez que a intervenção de cidadãos aqui neste espaço, chama atenção para o mau uso destes equipamentos. Recordo-me, há algum tempo atrás, a intervenção de uma Senhora, que penso que se chama Sónia, da Gafanha da Boavista, relativamente, penso eu, à antiga escola primária, na Gafanha da Boavista, que estava a ser indevidamente usada e que estava a funcionar mais como um bar e não para os fins que a Câmara cedeu à associação que está a utilizar esse equipamento. Em tempos, também tive a necessidade de ler o regulamento da utilização dos equipamentos municipais e, se bem me recordo, nesse regulamento há forma do Executivo terminar a cedência do espaço as entidades que não estão a usar o espaço devidamente.

Por último, em relação ao período de férias, efetivamente na Barra estava um caos, talvez muito porque este ano tenhamos tido mais pessoas a passar férias cá em lugar de terem de passar férias para fora. Pude ver a GNR a colocar discos e a bloquear carros que estavam estacionados em cima do passeio, e muito bem. Agora quero é perguntar ao Executivo porque é que existem zonas da Barra onde há um tratamento diferenciado. Eu vou explicar concretamente. Por exemplo, a rua dos Pilotos da Barra. Tecnicamente só as pessoas que moram lá e que podem estacionar. Assim como eu tive um incidente que quero partilhar com vocês. Estava a estacionar numa rua na Quinta da Barra que dá acesso às garagens do prédio mais a norte e foi interpelado por um morador que me ameaçou riscar o carro porque eu estava a estacionar num lugar que era privado. Tanto quanto eu saiba esse espaço que dá acesso às garagens é um lugar público, foi cedido pela construtora ao Município. Portanto, realmente, depois o senhor só se retratou quando eu lhe disse "Olhe, permita-me não concordar consigo, eu até sou deputado nesta casa". O senhor então, retratou-se, mas o senhor efetivamente tem razão. Tem lá um sinal tapado pelas árvores, onde cede o acesso àquele espaço público exclusivamente às pessoas daquele prédio. Portanto, estes tratamentos de exceção não deveriam de acontecer porque vão gerar conflitos. Obrigado.»

Sónia Fernandes, Grupo Municipal do PS: (01:37:06")

«Eu só tenho aqui uma anotação ao fazer.

Tal como em 2022, este ano de 2024 continuamos sem respostas. Eu fico na dúvida se o Senhor Presidente está a aguardar para a segunda intervenção e dar aí uma daquelas suas respostas típicas descabeladas, em que nós não podemos depois ter lugar a resposta.

O Senhor Presidente realmente está alheado de tudo o que se passa na Costa Nova e na Praia da Barra. Ou não há mesmo vontade de resolver os problemas. Das três, uma das respostas deve ser.

Relativamente à questão que falou da GNR, mais uma vez, em 2022, recordo foi exatamente a mesma resposta que me deu. Não sei se já está exposta, tipo protótipo - "é esta que vamos responder" - ou se realmente tenho muita pontaria na altura em que faço as questões.

Mas pode aproveitar, pergunto sobre a questão dos assaltos, pergunto se não tem havido participações de acidentes em que carros são batidos, que estão estacionados, e fogem e as pessoas ficam com os carros danificados e com o prejuízo. Questiono também a GNR sobre o estacionamento em cima de passeios em toda a Praia da Barra e de certeza na Costa Nova. E aqui deixo uma questão, cabe à GNR arranjar soluções para a falta de estacionamento? Não me parece. Eu acho que isso deve ser uma das responsabilidades da Câmara Municipal. E não vejo solução, não estou a ver. E digo-lhe e repito, não serão aqueles 99 estacionamentos que anunciaram que vai resolver o problema. Não é à GNR que cabe arranjar solução para o número excessivo de veículos que entram nas nossas praias face à capacidade de resposta que nós temos para receber essas pessoas. Penso que seja da Câmara Municipal. Mas se calhar sou eu que estou enganada. Não sei, responda-me, Senhor Presidente, se for possível, obrigada.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (01:39:15")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos.

Eu começava. Com uma pequena nota acerca daquilo que acabei de ouvir nesta Assembleia Municipal. O que foi referido pelo André, de que eu não tinha conhecimento, a questão de haver as pessoas pagarem, portanto, na Volta de Pasteleira, no Festival do Bacalhau, as pessoas pagarem 5 euros, e pagando esses 5 euros têm direito ao lanche, que todas as pessoas são livres de participarem, mas se não pagarem esses 5 euros não têm direito a alemães. Parece que é assim, ora bem. Acho que isso é um erro porque com isso, de certa forma, estamos a segregar as pessoas em função de um preço que foi pago, ou não, dando um lanche a alguém que efetivamente pagou, afastando ou ostracizando aquelas pessoas que não pagaram ou porque não podem ou porque talvez não tenham interesse. Mas, de facto, estamos a assistir aqui a uma diferenciação de pessoas que participam no mesmo evento. Eu sei que há caminhadas, meias-maratonas, maratonas, etc., em que há diferentes preços, caminhadas, maratonas, meias, maratonas organizadas por câmaras municipais ou outras entidades, em que há diferentes preços porque os kits também são diferentes, porque uma pessoa que paga 5 euros recebe uma t-shirt. Uma pessoa que paga 10 pode receber uma sweatshirt e por aí fora. Agora, numa questão de um lanche estar a separar, a discriminar as pessoas, porque pagaram vão lanche e se não pagaram não lancham. Isso colide frontalmente com a intenção do convívio social que se pretende no Festival do Bacalhau ou em qualquer atividade desta natureza. A Senhora Vereadora disse que “Ah, bem, mas acabam por lanche todos”. Bem, então isso é uma ofensa, digamos assim, àqueles que pagaram porque se acabam por lanche todos então os que pagaram são prejudicados. Eu acho que isto, realmente, não faz sentido nenhum. Eu não sabia disso, mas se é assim eu acabava de uma vez por todas com o lanche. Para o ano é ano de eleições e talvez acabem para o ano, mas se o fizerem, fazem muito bem.

Quanto à democracia que o Pedro Cristo referiu aqui, a democracia ilhavense ganha sempre que há eleições em que participam homens e mulheres livres e candidatam-se homens e mulheres livres. Não é porque ganha A, B ou C. Houve sempre, nestes últimos 50 anos, democracia em Ílhavo e nós, que somos do PS, apenas ganhámos uma vez a eleição para a Câmara Municipal e várias para Juntas de Freguesia, defendemos essa ideia. Porque ganhou uma candidatura independente, eu não vejo nessa questão nada de transcendental, nem vejo o que tenha ganho especialmente Ílhavo com esta eleição. Não está em causa o mérito da governação ou não, mas olhe, podia-lhe dar alguns exemplos. A democracia faz-se de 4 em 4 anos, mas também se faz quando nas Assembleias Municipais o Presidente deve prestar esclarecimentos ao órgão que o fiscaliza e, numa grande maioria das situações, o nosso Presidente da Câmara não responde às questões que são aqui colocadas. Acabámos de ver isso pela Sónia, pela Sara, pelo André. Como é que é a democracia? Não é só de 4 em 4 anos. Tem que ser nos órgãos próprios e tem que haver prestação de contas. De quem está sujeito e quem tem o direito de as receber na sua ação de fiscalização da atividade do Executivo. De maneira que, sobre essa questão de ter ganho a democracia ilhavense tenho algumas reservas. Eu nunca assisti em quase 20 anos de atividade autárquica, da minha humilde atividade autárquica, eu nunca vi tantos Presidentes de Junta a protestarem, a contestarem publicamente aqui na Assembleia Municipal, ações ou omissões desta Câmara Municipal. Nunca vi e corrijam-me se estiver enganado. Eu sei, por exemplo, hoje na Mesa está o Domingos Vilarinho que teve nos anos em que foi Presidente da Junta grandes razões de queixa do Presidente da Câmara à época. É verdade, mas eu repito. Eu nunca vi nestes três anos, nunca vi no passado, tantos reparos, tantas contestações, tantas acusações, no bom sentido, de dificuldades de relacionamento, etc. E eu acho que isto quando se repete uma, duas, três vezes, há de haver alguma questão de fundo que justifique essas atitudes dos Presidentes de Junta.

A questão de mais pessoas intervirem nas reuniões da Câmara Municipal ou nas reuniões da Assembleia Municipal, bem daí não podemos tirar ilação nenhuma, a não ser uma que para mim é muito evidente: é porque há mais razões de queixa, porque se não houvesse tantas razões de queixa, as pessoas não vinham. Portanto, talvez daí não poderemos tirar nenhuma ilação especial sobre o ganho democrático das últimas eleições autárquicas, em Ílhavo.

E podíamos estar por aí fora a debater outras questões importantes. Porque o Pedro Cristo, e bem, nada contra, quis fazer um balanço dos últimos 3 anos, até porque está na calha o último ano de gestão autárquica deste Executivo. Bem, olhe, tantas obras e estamos à espera, há anos, a requalificação nos centros de saúde. A questão das escolas, das principais escolas do Concelho, que continuam a aguardar as obras de que tanto necessitam. Eu sei que o Executivo tem trabalhado e sei que estas coisas não nascem da noite para o dia. Mas também sei que já era tempo de termos alguma coisa no terreno. Era tempo de termos alguma coisa no terreno. São três anos de mandato autárquico e até agora nada. Trabalha-se, é certo, eu não ponho em causa o esforço de quem está no Executivo, mas alguma coisa está

eventualmente a falhar. Provavelmente perdeu-se algum tempo com uma certa aprendizagem que tem que ser feita por qualquer pessoa que assuma estas funções. Eu noto que, por exemplo, na área da habitação, em que ainda não temos uma resposta concreta, volumosa, do Município de Ílhavo na área da habitação, com o problema candente da habitação que temos nestes últimos anos em todo o país. Há municípios que já têm respostas no terreno, já têm obras concluídas, por exemplo, na construção com custos controlados à venda, aqui perto. Temos municípios que requalificaram propriedade municipal, habitação, frações, casas e colocaram no terreno. E em Ílhavo? Portanto, eu não daria hossanas a este Executivo porque essa avaliação será feita pelo povo, daqui a um ano. Eu sei que o nosso Presidente prefere responder perante o eleitorado do que responder perante o órgão que fiscaliza, mas isso também não é um bom exemplo de democracia.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (01:46:29")

«Mais uma vez, boa noite a todos. Claro que estou em completa desvantagem perante os argumentos de um advogado. Só queria fazer referência que quando este Executivo tomou posse já haviam habitações de Planos Locais de Habitação a serem entregues. É mentira? Não é. Por isso, efetivamente tem tudo feito. As obras de requalificação. Toda A Gente as queria, é verdade. Estava um rabisco de um projeto levantadas de todas as dificuldades que eram necessárias? Não estavam. Como diz, e muito bem, e agradeço as palavras, o trabalho está a ser feito. Infelizmente não corre como a gente quer. E posso-lhe dizer o seguinte, como já uma vez fiz a pergunta aqui e ninguém me respondeu. Se o PS estivesse neste Executivo, a liderar, ou o PSD, já estava feito?

Aquilo que vos queria dizer, voltando, no seguimento desta troca de palavras. Mas queria-me recordar que eu ainda fui ao Festival do Bacalhau aqui em Ílhavo. Eu ainda fui ao Festival do Bacalhau aqui em Ílhavo. Era só para dizer que depois talvez o Executivo Municipal decidiu que o modelo não era esse e pumba, a associação que fazia deixou... Mas isso se calhar a história há de dizer alguma coisa sobre isso. Não vou dizer que todos fazemos as coisas bem. Não vou dizer que as coisas fazemos bem, se calhar até partilho a ideia de Pedro Martins, mais valia não haver lanche para ninguém e não havia nada para esse tipo de situação. É o Executivo que tem que tomar essa decisão. Se calhar não sei se estará arrependido ou não, mas ele é que tem que decidir. E o Executivo terá nas suas coisas. Nós já tivemos no ano passado, ou há dois anos, luzes de Natal em outubro. Por isso, também não havia grande problema, digamos assim, de se corrigir situações para outra altura.

Gostaria também de dizer o seguinte, que o valor da nossa participação, da Câmara Municipal de Ílhavo, no saneamento da Gafanha da Encarnação, em termos quantitativos, é mais ou menos um Jardim Henriqueta Maia e meio. Por isso, o Jardim Henriqueta Maia e meio tivesse sido feito, se calhar já não tínhamos a procissão a passar nos buracos.

Outra coisa, queria fazer uma pergunta aqui ao Senhor Presidente, que era um assunto que, por acaso, penso que nunca que foi aqui trazido, mas penso que é uma situação importante, talvez não para já, mas queria saber se já há algum desenvolvimento, e que tem a ver com o PAER, com o plano de afetação para a produção de energias renováveis. Está projetado a criação de um parque offshore de ventoinhas, de energia eólica. Há um ano atrás foi dado um parecer favorável da parte da CIRA, com algumas condicionantes, que houvesse envolvimento com as entidades camarárias e algum tipo de contrapartidas. Eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se houve alguns desenvolvimentos neste sentido, porque acho que, a acontecer, será uma situação e sendo aqui, teoricamente, perto, interessante ou condicionante em termos do que é a pesca, em termos eventualmente de zonas de lazer. Gostaria também de perguntar ao Senhor Presidente, e se calhar esta pergunta vem um bocadinho no aconchego de outros colegas de outras bancadas, eventualmente do Sérgio Louro, do Chega, do Luís Leitão, do PS e de outras do PSD. Falamos muitas vezes que a nossa Zona Industrial de Ílhavo, sendo um local com empresas de primeira, é um local que quem passa todos os dias gostaria de ver uma zona um bocadinho mais airosa. Eu acredito que, dada a dimensão, que não seja um projeto por um ano, não é um projeto por dois, nem por três, mas com certeza a nossa Zona Industrial da Mota merecia, digamos assim, um plano. Não digo um plano quinquenal que faz lembrar, se calhar, outras democracias, mas digamos assim, um plano a médio prazo. Se por acaso estaria nos seus planos de curto prazo ou de médio prazo fazer qualquer coisa nesse sentido. Que a imagem e a valia dos terrenos que lá existem poderá até aumentar e, como tal, eliminar um problema que já é antigo, mas já é, foi assim, não é culpa de ninguém. Era assim antigamente, haver terrenos sem construção de armazéns ou de unidades que possam estar a produzir e a produzir para a riqueza do nosso Concelho. E era só.»

Daniela Alegria, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (01:51':25")

«Boa noite a todos. Não me vou alargar nos cumprimentos porque já tenho pouco tempo também.

Primeiro que tudo, queria parabenizar aqui o nosso executivo por mais uma edição fantástica da Rádio Faneca e do Festival do Bacalhau. No primeiro, não tive oportunidade de participar por motivos pessoais. No segundo participei ativamente. Mas pronto, vai-me sendo dado sempre feedback por parte da população e de pessoas que conheço e que ficaram muito satisfeitas. Pelo mesmo motivo, embora se calhar pouca gente o conheça, mas eu conheço bastante gente e que me faz chegar alguns apelos, e levando eu muito a sério este cargo para o qual fui eleita, venho, aqui, nesta Assembleia, colocar aqui uma questão pertinente que tem a ver com a recolha dos lixos aqui no nosso município. Têm-me chegado alguns apelos por parte de cidadãos em que veem os contentores do lixo em frente às suas casas completamente entupidos de monos. Monstros, podem assim dizer. Algumas das ruas mais problemáticas que tenho constatado é a rua Doutor Marques Moura e a rua Capitão Francisco Marques, onde, além de alguns monstros que são depositados junto aos contentores do lixo, do lixo indiferenciado ou de reciclagem, também se vê que nitidamente andam a destrilhar casas e a colocar. Ora, eu sei que a recolha dos monstros e dos verdes, neste caso não se aplica tanto, é feita a todas as quartas-feiras. Eu pergunto, é necessário telefonar previamente para a recolha ou basta deixar nas suas portas e a recolha é feita automaticamente?

Posto isto, também passei um breve olhar pelo Regulamento Municipal e este depósito é punível com coima até 22.000 euros, de acordo com o Regulamento Municipal n.º 284/2016. Para além destas ruas aqui, portanto, aqui zona de Ílhavo, do Centro de Ílhavo, eu que moro na Gafanha do Carmo, e moro com muito orgulho, gosto muito daquela zona, dá-me imensa pena passar por vários locais na mata florestal e ver que vão lá colocar cozinhas velhas, sanitários, tudo o que é possível. Eu própria tiro fotos. Há outras pessoas que me fazem chegar as fotos. Esta semana, por exemplo, olhei para o contentor do lixo na rua onde moro e estava vazio e pensei assim "vou depositar o meu lixo". Qual é o meu espanto quando decidi fazer isso já lá estavam sofás, televisões e toda a sorte.

Eu pergunto assim, tendo em conta os impostos que se pagam para os tratamentos de resíduos, eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente e ao respetivo Executivo, qual é a perspetiva de evolução dos preços? Se eles vão ser suportados pela Câmara ou se pelos contribuintes? E também pedir que apostem em ações de sensibilização, não só para que haja um maior cuidado nesta seleção e nos depósitos, mas também importante informar que isto é punível com uma coima que não é assim tão pequena como isso. Portanto, dá-me a impressão que as pessoas não estão muito mentalizadas ainda para isto que é quase um crime ambiental. E, portanto, eu deixo aqui este apelo e espero que para o futuro os nossos municípios tenham algum senso de civismo mais apurado ou então que sejam informados dos seus direitos quanto a este assunto. Muito obrigada.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (01:55':48")

«Daniela, esqueceste que também lá estava um frigorífico, que eu também vi.

Ora bem, eu é muito rápido para o Carlos Pedro também ainda poder intervir.

Eu depois do que eu ouvi, aqui, do Cristo, da Democracia e afins que isto veio fazer tão diferente, ainda mais magoado estou com a não resposta do Senhor Presidente.

O Senhor Presidente diz que eu estou confuso, tenho que me encontrar, tenho que tudo mais... e diz que, no passado, andou à procura de informação. Se calhar quem prometeu fazer diferente está a crer que nós façamos como no ano passado, como no anterior.

Portanto, Senhor Presidente, eu pergunto outra vez, e se não me responder aqui, farei por escrito, EU merecia ou não ser contactado a dizer que iam por a Casa Florestal abaixo?»

Carlos Pedro, Grupo Municipal do PSD: (01:55':48")

Boa noite a todos. Boa noite, Senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara. Senhores Deputados da Assembleia e quem estiver lá em casa para nos ouvir.

Eu ia aproveitar isto, tenho um minuto.

Primeiro, para, não fazia parte da minha intervenção, com alguma piada o que disse o Senhor Deputado que fez perguntas às quais não podemos responder porque são do passado. Como é que seria com o PS ou com o PSD? Não se sabe, mas eu suponho que estariam feitas. Mas é uma suposição como a sua.

E a outra, que é fazer perguntas que provavelmente já sabe quais são as respostas, porque terá combinado, com certeza, e falado com o Presidente do seu partido.

Como nós falámos aqui e falámos sobre a questão do simbolismo, das bicicletas, da pasteleira, etc., do Festival do Bacalhau, queria deixar aqui uma nota ao Executivo que seria

importante, tendo em conta que o simbolismo são, de facto, importantes, mas tão importante ou mais importante que isso é o dia a dia das bicicletas. As ciclovias não estão terminadas e quem chega de Aveiro e chega à Gafanha pura e simplesmente não consegue perceber como é que se vai para a Praia da Barra ou da Costa nova, porque não há nenhuma indicação das praias e do local onde começa a ciclovía. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:58:08")

«Muito obrigado. Terminadas as segundas intervenções, Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:58:24")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos dar início à tentativa de, mais uma vez, tentarmos responder àquilo que nos parece ter resposta. Há coisas que possivelmente alguns livros dariam essa resposta com a miopia existencial de algumas pessoas, mas isso deixemos para outros tempos. Sonhamos juntos o caminho para um futuro melhor.

Portanto, eu daria só aqui uma nota e o Senhor Vereador pediu-me, aqui, para fazer uma intervenção sobre algum e dar aqui algumas notas depois, também. Com aquilo que possa referir, poderei também voltar a uma intervenção mais rápida, porque eu acho que aquilo que são questões não são sugestões para aquilo que possa ser no PAOD, aproveitado para uma melhoria dos resultados que nós queremos todos para o nosso Município. Foi isso que nos levou a apresentar compromissos eleitorais e me parece que estamos um bocado desviados dessa situação. E, portanto, não queremos ver, mas também não queremos que os outros vejam porque queremos que os outros vejam o que nós vimos e não o que eles querem ver. E, portanto, deixo isso essa parte para a comunidade.

Observando aqui, com alguma qualidade, a intervenção do senhor Pedro Martins, que já o disse que se calhar também pode estar um bocado cansado destas intervenções e um bocado repetitivo na forma como intervém, mas é uma característica pessoal que deve manter. E também deve participar nas atividades para ver com os seus olhos. Não deve estar ausente dessas atividades. Era importante que participasse muito mais e não dar só opinião, porque me parece bem ou me parece mal, quando estou ausente e ouvi dizer ou deixei de estar, como podia estar. Sabemos essas respostas todas, já as conhecemos há longos anos, mas era bom que estivesse presente.

E mais algumas pessoas que estão aqui a ouvir, e quem possa ouvir em casa, convido todos sempre à participação muito ativa naquilo que são os projetos criados pela Câmara Municipal e continuados pela Câmara Municipal.

Senhor Sérgio, relativamente àquilo que refere da Boavista, nós estamos a tentar resolver o problema que acontece lá. É evidente que a governação de um espaço que tinha luz e água parece-me que existia alguém para pagar essas contas. No entanto, eu julgo que o Rancho Regional da Casa do Povo de Ílhavo possa vir a resolver a situação. Nós tentamos intervir. Aquilo tem uma situação ali um bocadinho complicada de gestão, mas penso que de acordo com aquilo que conversámos, penso que a solução agora está da parte do Regional da Casa do Povo e, portanto, esperamos o melhor resultado.

Sobre a questão da Quinta da Barra. Eu penso que o Senhor Vereador lhe poderá dar aqui alguma resposta.

A dona Sónia Fernandes fala-me aqui de respostas típicas. Eu diria que também o que afirma é típico, portanto ficamos por aqui os dois, jogo por jogo, está a ver? Mas de qualquer maneira, continuou a dizer-lhe que caberá à GNR estas respostas todas que a Senhora solicita. Além de toda me parece um bocado mal tom a Senhora dizer que a Barra tem vindo a diminuir a sua qualidade. Parece-me precisamente o contrário e isso é uma referência que as pessoas nos têm feito. Não vejo isso da forma como vê. E, também, se descobrir de alguma forma a solução para o estacionamento gostaria que partilhasse connosco essa solução, porque o que a Senhora não vê, nós também não conseguimos ver. Eu ainda não tenho... tenho aqui uns óculos, gostava de não os ter, mas consigo ver e tenho muitos olhos a ver por mim, inclusive técnicos municipais e tudo. Talvez se calhar as pessoas que vivessem na barra e utilizassem os estacionamento particulares que têm dentro das suas casas pudessem libertar um bocadinho aquilo que é o estacionamento público. Mas também chegámos e constatámos algumas análises que fizemos que muitas das pessoas passaram a ter mais que um carro dentro das suas casas, dentro das suas famílias e a condição de guardar esses carros passa a estar na rua e não no interior das suas casas.

Relativamente ao senhor Pedro Cristo, só dizer-lhe que o PAER está a andar, até pela presença do navio Mário Ruivo que esteve aqui, e que está a fazer umas sondagens num

projeto custa 50 milhões de euros; nesta plataforma, onde possam ser postas as torres eólicas *windfloat*, em que nós podemos ter aqui um parque eólico entre Aveiro e a Figueira da Foz. O barco tem alguns condicionantes de navegabilidade e de análise desses dados, mas estão a ver o tipo de solos que o nosso mar tem para, depois, a ancoragem dessas plataformas de *windfloat* ser feita.

Relativamente à Daniela Alegria, só dizer-lhe que estamos muito cuidados na parte do RSU, do tráfego e das outras recolhas seletivas de óleos, de monos, roupas e verdes. É mesmo uma questão cultural que está a falhar. Portanto, agradecia a todas as pessoas que no ouvem, e que estão aqui, que tenham dentro do seu telemóvel o telefone da Câmara ou da empresa que faz a recolha e nós trataremos logo de seguida da recolha. Porque mesmo encostado ao contentor nós tratamos disso. Também da minha experiência como autarca o fiz dezenas de vezes. É difícil identificar as pessoas, é difícil passar as coimas porque não sabemos.

Sobre o Senhor Presidente da Junta, penso que o Senhor Vereador poderá dar aqui uma resposta.

Sobre o Carlos Pedro, pois, reconhecemos perfeitamente aquilo que diz, sabemos perfeitamente dessa ligação no Nó da Friopesca. Estamos a tentar resolver. O poste elétrico já saiu de lá, vamos tentar a outra solução a seguir.

Senhor Vereador, tem a palavra.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (02:04':10'')

«Boa noite, antes de mais, a todos. Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa. Caros Deputados. Caros elementos do Executivo. Público aqui presente. Público que nos segue online.

Bem, há aqui algumas questões que gostaria também de as clarificar.

No caso da Senhora deputada Sónia Fernandes, de uma forma mais ligeira, mencionou alguns investimentos do Município na Praia da Barra, desvalorizando-os, para um trabalho de dois anos face a outros problemas. Acho que seria mesmo importante referir que na questão da segurança dos peões, e do facto de poderem estar viaturas em cima do passeio, que nos últimos dois anos foram executados muitos metros lineares de passeio e que essa construção de passeio também regulou o estacionamento dessas mesmas zonas. Também referir que foram instalados alguns elementos dissuasores para que esse estacionamento não existisse. Mas também é importante referirmos que não só na Barra, como em todo o território, não podemos colocar dissuasores em todos os passeios. porque se não os passeios têm que ser sempre acompanhados de dissuasores e, se calhar, então, temos que esquecer mesmo o Código da Estrada, porque os próprios condutores não o respeitam.

Mas aquilo que sabemos é mesmo das ações que a GNR tem feito, sobretudo nas épocas balneares, e este ano teve um reforço muito maior e que foi, até, bastante difundido, nomeadamente, até pela aplicação de bloqueadores. Teve uma ação que acho que é importante para o nosso território.

De referir também que a questão da velocidade, no ano passado foram instaladas lombas redutoras da velocidade ao longo da Avenida e a sua localização foi mesmo decidida em conjunto com a Guarda Nacional Republicana. De referir também que a questão do estacionamento ter sido alterado na Avenida Fernandes Labrador também teve que ver com a Segurança Rodoviária para que o trânsito possa fluir de outra forma.

Quando se refere à zona norte da Barra, um projeto que foi apresentado e que destacou os lugares que poderão existir a mais, é para nós uma desilusão quando é esse o ponto que é destacado para um projeto que é de interesse paisagístico e de reforço de uma zona protegida e da criação de um parque verde. Mas de facto, como disse o Senhor Presidente, não há grandes soluções para conseguirmos aumentar o estacionamento. Ainda ontem mesmo estive numa reunião na Agência Portuguesa do Ambiente e foi uma das discussões podermos aumentar as bolsas de estacionamento, mas há várias condicionantes que eu convidava também a investigar e a estudar um pouco porque são muito interessantes esses dossiês e, certamente, iria gostar muito de os estudar para depois podermos discutir esses assuntos de outra forma, uma vez que eu já os falei nos últimos 3 anos e eles não foram retidos, talvez se forem estudados, podem ser assimilados de outra forma.

Relativamente à questão da Gafanha da Encarnação fica aqui a nota. Eu não percebi muito bem a intervenção da Senhora deputada Sara Fernandes, mas depois tive a oportunidade, que eu não conseguia perceber o que dizia, talvez pelo volume, mas, entretanto, já recebi aqui alguns apontamentos daquilo que referiu. Fico então a nota do que referiu. Portanto, incapacidade de fiscalização. Amanhã mesmo será reportada à empresa de fiscalização e aos técnicos municipais todas as questões que falou. Referir que a obra ainda não está concluída, portanto, todas as não conformidades que forem detetadas serão ainda corrigidas,

porque a obra ainda não está rececionada. Mas vamos ter esse cuidado. Também de referir, porque se calhar é importante, que a obra não está concluída porque está numa fase, que é fase final, que foi a fase mais complexa da obra e foi discutida desde o início, que é a rua Professor Francisco Cruz. Neste momento a AdRA está a fazer um investimento inesperado, além da empreitada, na instalação de uma rede nova de abastecimento de água que foi necessária porque a rede era antiga e o perfil da rua não permitia executar todas as infraestruturas que estavam previstas. Portanto, é uma obra que nós entendemos que é importante e foi mesmo neste mandato que a decidimos executar. Portanto, certamente que a população dentro de um ano ou dois anos irá reconhecer mesmo o seu valor. E é tudo porque o tempo já terminou, peço desculpa. Senhor Presidente, agradecer o facto de me ter deixado terminar. Teria mais para dizer, mas também temos oportunidade na atividade, até porque a maior parte das questões foram mesmo da Atividade. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:09:32")

«Muito obrigado. Bem, está terminado o período de Antes da Ordem do Dia.»

Período da Ordem do Dia

Ponto 1. **"Designação de representante dos cidadãos eleitores para a CPCJ Ílhavo".**

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:09:36")

«Vamos passar agora ao período da Ordem do Dia. Avançamos já para o ponto 1 da Ordem do Dia, que é a "designação de representante dos cidadãos eleitores para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ílhavo". É à Mesa chegou uma proposta. Pergunto se existe mais alguma proposta? Não, não há mais nenhuma proposta. Portanto, eu vou pedir aqui ao meu Primeiro Secretário que leia a proposta.»

Primeiro-secretário da Mesa, Domingos Vilarinho: (02:10:08")

Leitura da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD).

A proposta encontra-se anexa à presente Ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:10:47")

«Muito bem, como não há mais nenhuma proposta vamos atribuir a esta proposta a letra A».

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (02:11:42")

«Boa noite a todos, novamente. É lógico que isto é um lugar de grande responsabilidade e de grande importância e sentimo-nos todos, porque eu, pelo menos, sinto-me, que não tivemos sucesso na nossa primeira escolha, por razões que, neste momento, não interessam. Mas espero que os candidatos, no caso candidata, que aqui está e com certeza que será nomeada por nós, tenha um desempenho que nos orgulhe a todos nós. Era só.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (02:12:30")

«Boa noite a todos. Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara. Colegas. Lá em casa quem nos ouve. É só para dizer o seguinte.

A Érica é conhecida em Ílhavo, é uma cidadã que mora junto da Escola Secundária, portanto, é ilhavense. A Érica é licenciada em psicologia clínica. A Érica exerce, presentemente, funções numa IPSS em Recardães, junto de jovens e da terceira idade. Já exerceu funções na CPCJ de Águeda, durante 2 mandatos. Teve que abandonar, tal e qual como a professora Irene, porque já tinha ultrapassado o número de mandatos, e exerce também atividades no CAT, que é um Centro de Acolhimento de Águeda. Portanto, pensamos nós que é a pessoa avalizada para o assunto, para tratar de crianças e não só. Tem conhecimentos, é prática e tem os seus conhecimentos teóricos. Devo dizer também que ela está disponível. Nós sabemos que este cargo não é para a Comissão restrita, mas sim para a Comissão alargada. A Comissão alargada não reúne tantas vezes como na Comissão restrita, que chega a reunir três vezes por mês. A alargada tem uma priorização maior e ela está disponível. Logo na

primeira hora em que foi convidada aceitou, porque tem a experiência do passado, do que é isso de tratar de crianças e crianças em risco de vida. Portanto, penso que estamos bem entregues e a pessoa foi bem escolhida.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (02:14':24")

«Queria só fazer uma nota, uma crítica construtiva. Não sei quando é que, portanto, decidiram apresentar proposta desta candidata, mas tinha ficado bem, previamente, saber, porque estava-me a sentir desconfortável ter que ir votar sem saber em quem ia votar. Pela descrição do colega Flor Agostinho parece-me ser uma pessoa com o perfil adequado para desempenhar os papéis na CPCJ, que é um organismo bastante importante devido aos problemas sociais que, de alguma forma, nós todos vamos tendo conhecimento. E pronto, era só esta crítica. Serve não só para o PSD, serve para outras situações futuras. Portanto, se previamente puderem fazer chegar informação a todos os elementos, penso que era ótimo para toda gente. Obrigado.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD: (02:15':32")

«Eu também só queria dizer algo sobre este ponto, porque eu subscrevi e fui promotor da candidatura que levou a que este lugar, hoje, ficasse vago e acho de bom tom também, já que também apelamos à consciência, apelarmos aqui à consciência que temos que ter cuidado com as pessoas que vamos mencionar e tudo.

Eu também quero apelar à consciência, e é por isso que vim aqui falar, porque de facto, enquanto promotor da candidatura, assumo total responsabilidade e dentro dessa responsabilidade fui também apurar os factos que estiveram por trás da demissão. Factos esses que vieram relatados, em parte, na documentação que nos foi entregue. E friso "em parte".

Nós estamos a falar de uma profissional que teve o seu currículo aqui exposto em atas e que podem ser vistas. Com a qual eu subscrevo inteiramente e voltaria a propô-la se houvesse disponibilidade da mesma para continuar. Está na documentação a dizer que a pessoa, portanto, entrou - isto não diz, mas vai dizer a seguir aquilo que vou dizer - portanto, que a pessoa entrou no órgão, sabemos nós, numa fase intermédia por cessação do mandato que que existia, portanto, não iniciou os trabalhos de uma forma formal, como todos nós, às vezes, numa Assembleia Municipal em que somos abrangidos com toda a informação inicial.

Diz também na documentação, poderão ler nos e-mails, que a pessoa, portanto, o membro eleito para estar na CPCJ não recebeu o Regimento ou o Regulamento - agora não sei qual é a frase - mas está lá a dizer, nos e-mails, podem ir lá ver que não recebeu o regulamento. Portanto, foi demitida ao fim de 3 faltas com justificação. Não teve advertência, nem à primeira, nem à segunda, que poderia perder o mandato, caso assim o fizesse. Não há lugar a audiências prévias e os motivos alegados, os motivos alegados, que ela alegou, também. eu aleguei nesta Assembleia para faltar justificadamente. Esta mesa da Assembleia cedeu aos meus pedidos de justificação, ao qual eu agradeço. Não foi esse o entendimento do secretariado e da Direção da CPCJ. Eu Não preciso que alguém me diga o que é que a CPCJ faz ou o que é que a CPCJ não faz, e qual é o valor que tem para a nossa vida e para a vida de muita gente e de muitas famílias e de muitas crianças, sobretudo. Não preciso dessas lições. Se calhar, pergunto, outras pessoas poderiam aprender connosco sobre como lidar com o caso, com reuniões, como se gere reuniões e como se gere também a disponibilidade das pessoas?

E com isto venho aqui também prestar o meu apoio à candidata Érica que, portanto, que está aqui em análise, que receberá o meu voto e tenho a certeza que desempenhará este papel de uma forma sensata, razoável, como todos os candidatos que o PSD propõe assim fazem.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:18':32")

«Muito obrigado. Vamos então proceder à votação.»

Segunda-secretária da Mesa, Sandra Januário: (02:18':38")

Chamada dos Deputados Municipais presentes no plenário para a votação (voto secreto).

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:22':37")

«Muito bem. Contados todos os votos, a proposta A teve 20 votos a favor e 4 votos brancos. Portanto, foi aprovado. Muito obrigado. Está eleita a representante.»

Ponto 2. **"Constituição da Comissão Eventual dos 50 Anos do Poder Local (12 de dezembro de 2026)".**

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:22':56")

«Passamos já ao ponto 2, "Constituição da Comissão Eventual dos 50 anos do Poder Local – 12 de dezembro de 2026". Começo por abrir as inscrições para uma primeira intervenção. O Unir Para Fazer, há alguma intervenção? Do PSD, alguma intervenção? Também não. Do Chega? Do PS? Sim? Pedro Martins. Então, faça favor.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (02:23':46")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Não há nada assim a assinalar neste ponto. Este é apenas um ato, digamos, instrumental daquilo que se pretende que é comemorar condignamente os 50 anos de Poder Local Democrático. Portanto, é um primeiro passo. O importante será o trabalho que se irá fazer daí em diante e que esse trabalho possa frutificar depois no próximo mandato autárquico. E que, efetivamente, ílhavo, certamente a par de outros pontos do nosso território continental e ilhas, enfim, eu quero acreditar que este Poder Local autárquico livre, estes 50 anos serão comemorados com, digamos, com grande empenhamento das comunidades locais, porque efetivamente este poder local democrático, digamos assim, teve uma grande relevância, enfim, na vida, na melhoria das condições de vida das pessoas, no desenvolvimento territorial das comunidades, etc. Portanto, é efetivamente de comemorar com alguma grandiosidade e esperemos que também nessa altura possamos, eu penso que, aliás, esta proposta é do PS, foi aqui referida na Assembleia Municipal de 26 de Abril deste ano, mas eu penso que é uma proposta congregadora. Portanto é uma proposta do PS como poderia ser do Movimento Independente ou de qualquer outro partido. Essa não é a questão.

Estou em querer que a votação será nesse sentido e que também saibamos nessa altura, na altura própria, homenagear tantos quantos decidiram, e foram muitos, e foi muito aquilo que fizeram, pela causa pública e pelas nossas populações. Era só isso».

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (02:25':59")

«Boa noite, novamente. Peço imensa desculpa, mas este era um tema que o Pinto Reis estaria preparado para tratar e, como tal, tive aqui um bocado que... pronto.

O Unir Para Fazer dá o seu voto favorável a esta Comissão, ao início desta comissão. A única coisa que gostaríamos de alertar, e penso que todos estaremos solidários, é que esta Comissão termina o seu mandato antes das celebrações dos 50 anos do Poder Local. Sim, Senhor Presidente, vai ser em 12 de dezembro de 2026. Por isso vai terminar antes. E como vai terminar antes a única condicionante, ou a única coisa que queríamos apontar, e apresentamos declaração de voto, era só que a própria Comissão tenha uma perspetiva de planeamento não condicionante a que quem vier depois, como sabemos se algum do nós estará cá, que tome, digamos, as suas ações na sua liberdade e na sua atividade. Mas pela nossa parte, merecemos celebrar os 50 anos do Poder Local e o nosso voto é favorável.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (02:27':25")

«Só vinha aqui relembrar que esta proposta também foi consensual e foi, portanto, reconhecida na Comissão de Líderes por todos nós. Em princípio é integrada por aquelas pessoas que estão na proposta, mas penso que na altura, se a Comissão o entender, poderá agregar outras pessoas ou outras individualidades. Aquilo que disse à bocadinha o Pedro Cristo penso que criou aqui alguma confusão. O que vai acontecer é que esta Assembleia já não vai promover estas comemorações, porque a Assembleia vai terminar em setembro de 2025 e as comemorações hão de ser em dezembro de 2026. Relembrar que o dia 12, felizmente é um sábado, podemos fazer muita coisa, porque, enfim, coincide com um sábado, um dia livre. Estou, como diz o Pedro, quer dizer, isto vai ser extensível a muitos Municípios do país e nós podemos ter aqui ideias boas, ideias inovadoras, ideias, enfim, que tenham a ver sinceramente com o nosso Concelho. E poderemos ter aqui a oportunidade de ter muitos autarcas para homenagear e para reconhecer muito do trabalho que fizeram. Felizmente, muitos dos nossos Presidentes de Câmara ainda estão vivos, ainda estão connosco. O que é muito importante também para darem os seus contributos, enfim, nos transmitirem aquilo que foram os seus mandatos e o decorrer da sua atividade enquanto autarcas, enquanto Presidentes de Câmara. Portanto, também nós estamos solidários e estamos aqui dispostos a colaborar, se o formos chamados enquanto membros desta Assembleia ainda vigente,

porque certamente podemos ter ideias que depois poderão ser recuperadas por esta tal Comissão.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:29:15")

«Obrigado. Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se quer dizer alguma coisa sobre este ponto.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:29:20")

«Muito obrigado, Senhor Presidente, por me dar a palavra. Eu partilho da opinião que acabei de dizer. É evidente que qualquer organização destas pode pressupor despesas que, em princípio, poderão não ser aceites por Executivos futuros e, portanto, poderão ficar condicionadas as realizações. Portanto, não tenho, aqui, nenhuma objecção sobre a questão que hoje estão, mas acho que é prematuro também esta decisão, mas estou concordando com ela. Trabalhamos sobre a matéria. Acho que fica sempre um trabalho de base para outros. Foi aquilo que eu também segui conforme aquilo que me deixaram. Portanto, não terei problemas nenhuns em acatar uma decisão destas, mas ficará sempre muito condicionada perante aquilo que possam ser as decisões de Executivos futuros. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:30:08")

«Muito obrigado. Vamos então votar? Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem. A Constituição da Comissão Eventual dos 50 anos do Poder Local que vai ter lugar no dia 12 de dezembro de 2026, foi aprovada por unanimidade. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:30:27")

«São 11:25. Chegámos ao ponto 2. Vamos para o ponto 3. O que é que vos parece? Querem fazer o intervalo, sendo que depois nós não podemos interromper ou nós não devemos interromper o ponto 3, não é? Fazemos o intervalo agora? 10 minutos.»

Os trabalhos foram interrompidos, para intervalo, às 23:23.

Os trabalhos foram retomados às 23:40.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:44:03")

«Minhas Senhoras e meus Senhores, vamos reiniciar os trabalhos.

Iríamos para o ponto 3, "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 1 de junho a 31 de julho de 2024. No intervalo fizemos uma reunião da Comissão Permanente, informal. Chegámos à conclusão de que como este é um ponto que possivelmente se vai prolongar mais do que o ponto 4 ou o ponto 5. Não falámos com o Pedro, pois não? Fugiu, pronto. Então Pedro, é assim. Como o ponto 3 é um ponto que se vai prolongar e hoje é terça-feira, acharam por bem os restantes líderes, e põe-se isso também à consideração, claro, do Pedro, de passamos por cima do ponto 3, avançar para o ponto 4 e, quiçá, também fechar com o ponto 5, até à meia-noite e meia. E depois voltar a reiniciar os trabalhos, na próxima sexta-feira com o ponto. Sim? Ok. Alguém se opõe? Muito bem.

Creio que para o Senhor Presidente da Câmara também não haverá qualquer problema. Portanto vamos passar então para o ponto 4, "Apoio pontual à Junta de Freguesia e da Gafanha do Carmo - aquisição de viatura ligeira mista" e começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:44:38")

«Muito bem, Senhor Presidente. Muito obrigado. Nós temos pouco a dizer, eu acho que aquilo que já foi deliberado na reunião de Câmara e que nos seus considerandos tem aquilo que se pretende fazer. E ainda acrescenta com mais considerandos e depois tem a proposta. Acho que podemos responder a alguma questão que nos pareça depois pertinente da Assembleia ou alguma dúvida que possa existir sobre o documento. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:46':07'')

«Muito bem. Vamos respeitar a ordem, portanto, a ordem das intervenções para o ponto 3 começava com o PSD. Vamos deixar essa ordem para a próxima sexta-feira.

O ponto 4 começa com o Chega, depois o PS, o Unir e o PSD.

Vou abrir as inscrições para uma primeira intervenção. Do Chega? Do Partido Socialista, alguma intervenção? Pedro Martins. Do Unir Para Fazer? Pedro Cristo. Alguma intervenção do PSD? Temos o Flor Agostinho e o Luís Diamantino.

Vamos começar com a intervenção do Pedro Martins, por favor.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (02:47':10'')

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Este ponto 4 suscita-nos alguma reserva, não a questão em si de, portanto, subsidiar ou de atribuir este apoio à Junta de Freguesia da Carmo para poder, portanto, adquirir julgo que é uma viatura de trabalho, portanto, para a Freguesia da Gafanha do Carmo. Contra isso nada, como é evidente. Se é um bem de primeira necessidade para a Junta da Freguesia do Carmo, e a Gafanha do Carmo não tem meios que possam prever a essa necessidade, aí está o papel da Câmara Municipal em dar o apoio que se impõe, que é justo e não deixa de ser equitativo na relação que tem com as outras freguesias. Isso penso que até as outras freguesias concordam com esta intenção da Câmara Municipal em financiar esta viatura.

Agora, aquilo que nos suscita alguma reserva é o facto de, se bem percebemos da proposta que vem à Assembleia Municipal, a Câmara Municipal pretende reduzir o valor equivalente no apoio, portanto, no contrato que será celebrado com a Junta de Freguesia no próximo ano. Ora bem, se assim é, isto não é um apoio, portanto, é dar com uma mão e tirar com a outra, digamos para simplificar.

Se assim é, nós, concordando que o apoio deve ser concedido, com esta finalidade, à Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, não concordamos, naturalmente, que essa verba depois seja retirada no ano seguinte, na relação que a Câmara tem com esta Junta de Freguesia. Eu pedia este esclarecimento ao Executivo para também podermos, digamos, definir um pouco qual será o nosso sentido de voto. Obrigado.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (02:49':09'')

«Boa noite, mais uma vez. Penso que esta proposta que aqui nos traz tem a ver com a alteração das condições protocoladas que foram feitas nos contratos interadministrativos com a Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, segundo reza as documentações. E corrijam-me se eu estou errado. A proposta do Senhor Presidente da Junta da Gafanha do Carmo era ser substituído o valor que estava atribuído para as obras que foram contratadas, ao abrigo dos contratos administrativos, por uma viatura. E nesse princípio, nada melhor do que o diálogo daquilo que diz não existe. Nada melhor do diálogo, nada melhor do que conversar. É lógico que não nos opomos, minimamente, desde que as partes estejam de acordo. Portanto, a Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, como o Executivo, estejam de acordo cumprirem aquilo que acordar. No entanto, eu compreendo quando se diz que então as outras Freguesias como bem compreendem. Pois, mas ainda recentemente a Gafanha da Nazaré também adquiriu uma viatura ao abrigo do protocolo e dentro do plafond que lhe estava atribuído. Com certeza que tanto a Junta como a Câmara irão encontrar. E foi isso que aqui nos propõem na próxima negociação, valores que sejam justos, equivalentes, para não prejudicar nenhuma das outras freguesias naquilo que é o valor. Mas só queria salvar uma situação. Houve uma necessidade, houve uma procura de uma solução da parte da Junta de Freguesia junto do Executivo. O executivo negociou com a Junta de Freguesia uma solução e nós, da nossa parte, estamos aqui para dar o nosso ok.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (02:51':19'')

«Pois, o nosso problema também se coloca tal e qual como foi aqui esclarecido pelo Pedro. Quer dizer, temos aqui uma necessidade com alguma urgência da Junta de Freguesia do Carmo em ter à sua disposição uma viatura ligeira mista com báscula, certamente porque é necessária para a realização dos seus trabalhos e nomeadamente para realização dos tais dois trabalhos que estavam contratualizados nos contratos interadministrativos.

A Junta propõe, portanto, substituir a verba que lhe estava atribuída para as duas obras para a compra do veículo e acorda com a Câmara a atribuição de um apoio suplementar, um apoio pontual, para adquirir a viatura no valor de 25.000 euros. O problema que surge é saber o que é um apoio pontual ou o que estamos a falar ou se o que está escrito é um adiantamento. Ou seja, a Câmara, hoje, vai atribuir os 25.000 euros a título de apoio pontual e para o ano retira

25.000 euros ao contrato interadministrativo que venha a celebrar com a Junta. Sabendo nós que a Junta do Carmo é das juntas que menos verba recebe, que não chega sequer aos 25.000 euros. Eu pergunto, então para o ano a Junta não recebe dinheiro nenhum? Porque pode receber os 20.000 euros, por exemplo, mas a Câmara vai retirar 25 mil. Não pode retirar 25, só pode retirar 20 porque faltam 5. Só se a Junta tiver que ir contrair um empréstimo para repor os tais 5, fica défice. Ou então, isso é que era o desejável, é que a Câmara aumentasse as comparticipações para as juntas, de forma a que a Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo pudesse receber talvez 50.000. E já podia, enfim, amortizar 25.000 e teria 25.000 para fazer obras. O que não me parece correto ou o não me parece que esteja isso nos princípios ou nos ideais da Câmara Municipal de Ílhavo.

Há aqui uma outra questão que se põe. Então, mas quer dizer, nós andamos aqui a discutir sucessivamente, ao longo de três anos, transferências de exercícios com saldos exorbitantes, o último saldo foi de 7 milhões, corremos o risco deste ano poder transferir com 10 milhões é só ver os adiantamentos que foram feitos e que não vão ter execução, mais de 1 milhão já foi adiantado para a realização da recuperação e reabilitação dos centros de saúde e de obra temos zero, temos saldo disponível. Será que não pode haver aqui um acordo entre as quatro juntas para haver um real apoio pontual à Junta do Carmo para a compra de uma viatura? O verdadeiro apoio pontual que se também faz com as Instituições. Quando há Instituições que necessitam de um apoio pontual para fazer uma atividade extraordinária é-lhes concedido, porque é que também não é concedida uma Junta de Freguesia? Depois não me venham dizer que há más relações com as Juntas e a Câmara. Elas surgem porque, nesta altura de necessidade, o que se deveria fazer era atribuir uma verba suplementar, a título pontual, à Junta de Freguesia do Carmo. E perguntar às outras três Juntas se estariam de acordo ou não estariam de acordo? Há aqui o princípio da subsidiariedade que se pratica na Europa, porque é que também não se há de praticar neste pequeno mundozinho que é um Concelho de 69 km quadrados?

Eu não percebo sinceramente como é que é possível falarmos em apoio pontual e depois virmos dizer o texto ou no corpo do contrato que este apoio tem por objeto a concessão do apoio financeiro pontual da Câmara para a aquisição de uma viatura, e depois a cláusula quinta deverá ser assegurado de forma a que o apoio pontual prestado seja subtraído ao valor global de apoio financeiro a conceder pela Câmara Municipal, no âmbito do contrato interadministrativo para 2025. Isto é taxativo. Quer dizer, em 2025, a “senhora” Junta não recebe nada porque já recebeu adiantado. Por amor de Deus, esclareça-nos do que é que está aqui em causa e qual é o teor desta cláusula quinta ou o teor da - como é que está aqui no introito - o teor do ponto 2 da proposta que para mim deveria ser retirado e não devia ser assumido. Se é apoio pontual, é apoio extraordinário, é apoio para além do que é acordado. Se entendem que não é, então estamos a falar de um adiantamento. E aí, se for um adiantamento nós temos que tomar outra atitude em termos de votação. O que não nos parece muita seriedade no texto e no corpo deste texto deste documento.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (02:56:50”)

«Boa noite, mais uma vez.

Ora bem. Eu compreendo as vossas dúvidas. O Senhor Presidente irá falar por ele, eu falarei por mim.

De facto, contando aqui um pouco o que se passou da história da carrinha da Gafanha do Carmo de báscula, que nós temos, que já adquirimos em 2014, em segunda mão. Porque quando eu cheguei à Junta não tínhamos quase nada. Pois não, Domingos? Não tínhamos quase nada. O Domingos sabe bem as dores que tinha quando foi Presidente da Junta, a dificuldade tinha em ter equipamento. Eu, gradualmente, tenho vindo a conseguir, tenho vindo a conseguir com o esforço da minha equipa, tenho vindo a conseguir com a solidariedade, nos outros mandatos, dos meus colegas de Junta de Freguesia. Foram sempre solidários nas verbas, deixavam sempre um restinho para a Freguesia da Gafanha do Carmo. E também com o apoio da Câmara. Dou-vos um exemplo, quando foi para aquisição do trator, a Câmara chegou-se à frente com 10 mil euros, e não esteve preocupada em saber se as outras juntas ficavam ofendidas ou não. É uma aposta, assim como decide fazer passeios na freguesia A ou na freguesia B. Na altura o Executivo da Câmara achou que devia de patrocinar 10.000 euros à freguesia da Gafanha do Carmo. Portanto, decidi, e bem, e foi aí, de facto, um apoio pontual.

Esta situação, a nossa carrinha, de facto, o quadrante não marca, a cabeça - eu não sei o termo técnico - mas está pela hora da morte, já foi achanatada, é a assim uma expressão, mas já foi achanatada e tem fugas de água. E a caixa de velocidades, nem sempre entram as mudanças e já não compensa o concerto numa carrinha que custou-nos, a nós, três mil e

poucos euros. Custou-nos na altura três mil e poucos e agora, se calhar, não chegariam 5 mil para pôr aquilo minimamente. Posto isto, eu, na altura, quando estava para enviar o relatório sobre o contrato interadministrativo 2024, relatório esse que ainda não entreguei nenhum... verdade, estou em falta para com a Câmara, ainda não entreguei nenhum relatório. Propus ao senhor Vereador, quando digo senhor Vereador é ao Executivo, que em vez de fazer as obras investiria na carrinha e só se trocava aqui o valor. Eles claramente disseram que não, que as obras são precisas, que têm que se fazer. Ok, sim Senhores. E que em contrapartida, perguntaram-me qual era, minimamente, o valor que achava que era preciso para adquirir a tal carrinha. Eu, numa prévia sondagem ao mercado, achei que na ordem dos 40 ou 45 mil conseguíamos um equipamento muito fiável. E então eles chegaram-se à frente com 25.000 euros e foram clarinhos dizendo que para o ano, por uma questão de justiça com as outras freguesias, não vai haver dinheiro para a Freguesia. E eu aceitei. Eu aceitei porque eu preciso da carrinha. A carrinha que tenho vai à inspeção em outubro e não vai passar, e preciso da carrinha para trabalhar para, ainda agora foi preciso, para fazer face ao Festival do Bacalhau. A Associação que lá estive do Carmo precisa dessa carrinha e outras Associações do Carmo a quem eu presto serviço e aos fregueses. Portanto, eu, estando entre a espada e a parede, aceitei. Ok, para o ano não há dinheiro, também nunca tive 25 mil euros em nenhum contrato interadministrativo para obras, nunca tive. Para o ano, eventualmente, poderá haver aumento de verba e pode sobrar alguma coisa para mim. Tudo o que vier é bom para mim. Mas eu acho que não vou concordar com isso das outras freguesias e cuidado e tudo mais. Eu dou-vos um exemplo, se vocês forem ver as atas das reuniões de Câmara, vocês vão ver em algumas reuniões dizer assim: apoio pontual à fábrica da Igreja tal para obras. Não se preocupam em dar a todas as outras Fábricas Paroquiais. Aquela precisava, aquela se ajudou. A Freguesia da Gafanha do Carmo precisava, a Freguesia da Gafanha da Encarnação no ano passado, salvo erro, ficou sem carrinha. Quem é que ajudou a Freguesia? Foi a Câmara que emprestou o veículo. Acho que isto é que a maneira de estar. É preciso, ajuda-se. Tenho poses, tenho capacidade ajudo. Não é só porque se deu a esta tem que se dar aos outros. Acho que não é assim. Mas repito, eu aceitei as condições. Foi uma conversa amigável, de bons resultados, falámos de outros assuntos. Se agora há pouco me queixei de não ter os SMS e um telefonema, agora também cá estou eu para dizer que foi uma reunião profícua e que teve bons resultados.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:02':11")

«Obrigado, Luís Diamantino. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:02':17")

«Obrigado, Senhor Presidente. Para uma primeira intervenção vou passar ao Senhor Vereador responsável pelas freguesias.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (03:02':25")

«Relativamente a esta proposta, apenas salientar que ela já foi aprovada em reunião de Câmara e já na altura também por parte dos elementos dos partidos PSD e PS também já tinha havido algumas reservas quanto a esta questão de, eventualmente, em 2025, eventualmente não, está já definido para 2025 também poderia haver aqui um acerto de valores. Bem, o Senhor Presidente da Junta deu-nos agora aqui uma lição muito grande de humildade na forma como falou neste assunto e a forma como teve esta necessidade. E isso foi importante. Eu nunca senti da parte do Senhor Presidente que tivesse sido colocado entre a espada e a parede. Portanto, vamos ser bem francos, porque o Senhor Presidente assinou um contrato para a realização de obras, não é? E recorde: a reabilitação da cobertura e das fachadas do edifício sede da Junta de Freguesia e a reabilitação do telhado e fachadas interior da Capela do Cemitério da Gafanha do Carmo. Na altura em que foram discutidos estes trabalhos, proposta do Senhor Presidente, e que foram aceites estes trabalhos, foram-nos porque eram trabalhos muito necessários para a Junta de Freguesia, portanto muito importantes e que nós os apoiámos como às outras Juntas. Porque, de facto, as juntas é que devem elencar as obras. Depois de bem discutidas, conseguimos transportá-las então para os contratos que depois todos tivemos oportunidade de aprovar e discutir, nomeadamente nesta Assembleia Municipal. Deixar aqui uma grande ressalva, porque a proposta do Senhor Presidente foi imediata, foi suspender essas obras para pedir um apoio para a aquisição da carrinha. Entendemos que as obras tinham mesmo que ser feitas e recordado também uma coisa que os contratos que foram aprovados em reunião de Câmara e que também passaram

por esta Assembleia Municipal, previam mesmo que o Vereador, com a competência delegada para as freguesias ou o Senhor Presidente, que é quem delega essa competência no senhor Vereador, tem a possibilidade de, com os Presidentes de Junta, poderem alterar mesmo esses trabalhos. E podemos simplesmente dizer que não, podemos aceitar ou não. Mas entendemos que era completamente justo, tanto com a Câmara, como com a Assembleia Municipal, que este assunto fosse mesmo discutido por todos, porque não podemos num momento aprovar determinados trabalhos e no momento seguinte podermos simplesmente alterarmos completamente os termos desse contrato e os propósitos que todos nós, nomeadamente nesta Assembleia, ansiávamos para a freguesia, neste caso, da Gafanha do Carmo.

Portanto, isto é muito importante que se destaque e entendemos que, de facto, as obras eram importantes. Portanto, se não havia outras a destacar, então poderíamos deixar este problema de imobilização da atividade da Junta. Porque é isso que estamos a falar. Porque se a Junta de Freguesia ficasse sem a carrinha, perde a sua capacidade operacional. Portanto, entendíamos que a questão também de operacionalizar obras com o apoio do município, então deveria ser ponderada em 2025. E teremos também, em tempo oportuno, a oportunidade de poder discutir o Orçamento para 2025 e mesmo os valores para as Juntas. Mas, de facto, apesar de tudo o que possam ter dito e que digam, entendemos que tem que haver sempre aqui uma justiça com as outras Juntas. E essa justiça também pode ser sempre também com uma discussão com as outras juntas.

De referir também a questão da carrinha, que foi referido. No ano passado, quando a Junta de Freguesia da Gafanha de Encarnação necessitou desses equipamentos e foi logo disponibilizado e nunca houve qualquer pressão. Sim, uma disponibilização de um veículo do município nunca houve qualquer pressão para o tempo que pudesse usar ou a forma que o utilizasse. E destacar também que foi dada essa possibilidade ao senhor Presidente da Junta da Gafanha do Carmo. Portanto, se houvesse necessidade também poderíamos, estávamos dispostos a disponibilizar uma carrinha, até porque aquilo que o Senhor Presidente disse é que a qualquer momento podia mesmo ficar sem carrinha. E, portanto, daí a nossa preocupação. Portanto, entendemos que as obras devem ser feitas conforme está estipulado no contrato, porque é o mais importante para a freguesia.

E sim, a proposta é bem clara. No seu ponto 2 diz mesmo que “o apoio pontual é concedido de forma extraordinária, devendo ser refletido no valor financeiro a transferir no âmbito do contrato interadministrativo a celebrar para o ano 2025, por forma a não criar discrepâncias com as demais freguesias”. Entendemos que, à data de hoje, pudemos resolver este problema, que era um problema urgente para a Junta de Freguesia, e teremos muito tempo para discutir aquilo que serão os apoios às juntas de freguesias para o ano de 2025.

Desta forma, demos, então, uma resposta imediata a uma necessidade da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo e permitiremos que a Junta da Gafanha do Carmo possa executar obras conforme estipulado no contrato e que a sua capacidade operativa não seja posta em causa.

Portanto, Senhor Presidente. Penso que é tudo que me cumpri informar.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:08':23")

«Obrigado. Vou abrir uma segunda ronda de intervenções. O Chega? Sim? Portanto, temos o Sérgio Louro. Do Partido Socialista? Pedro Martins. Unir? Hoje é o Cristo. E do PSD? Temos o Carlos Pedro, o Luís Diamantino, o Augusto Rocha. Começamos então pelo Chega. Sérgio Louro, por favor.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (03:09':29")

«Então vinha fazer mais umas notas acerca deste ponto.

No passado, já tive a oportunidade de fazer uma crítica construtiva, em que na altura sugeri que a Câmara disponibilizasse mais verba às Juntas de Freguesia pela dificuldade que a Câmara tem de executar obras, assim como toda a gente, não é? Basicamente, o problema é que faltam formiguinhas para executar obras. Portanto, tendo a Câmara a dificuldade que toda a gente tem, usando as juntas de freguesia como uns ramos, uma extensão, conseguiria, durante o mandato, executar mais obra e assim produzir mais para a população.

Elencando também a situação que o colega Flor Agostinho já referenciou. Quer dizer, se a Câmara tivesse dificuldades financeiras era uma coisa, mas a Câmara até está muito bem financeiramente, portanto, não se percebe muito bem porque é que não disponibiliza até a totalidade do custo da viatura e não os 25 mil euros. Se há dinheiro e se o dinheiro é

necessário para comprar coisas, então há que comprar os equipamentos. Não faz muito sentido o que está aqui a ser colocado à nossa análise. Portanto, no entender do Chega, este assunto não deveria ter sido conduzido assim. Prontamente, devia a Câmara disponibilizar a verba que é necessária, porque não é um artigo, é algo que é um bem necessário à atividade diária. E, portanto, realmente fico um bocado aborrecido em ver a forma como as coisas foram feitas. Entendo o posicionamento do Presidente da Junta de Freguesia, em causa, pois não, não temos outra solução. Pronto, entre dois males, decidi por um mal menor que é, no imediato, resolver o problema. E, depois, mais para a frente logo se vê como o vamos resolver. Mas quer dizer, mais para a frente, não vai poder fazer nada, porque não tem verba. Não faz qualquer sentido. Se a Câmara tivesse com dificuldade financeira, até sim senhor, até se justificava. Neste caso não se justifica, na nossa opinião. É tudo obrigado.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (03:12:08")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Bem perante a intervenção do Senhor Vice-Presidente, João Diogo Semedo, quer dizer, reafirmou aquilo que está na proposta que vem à Assembleia Municipal e, portanto, essa resposta vem ao encontro das nossas reservas, ou melhor, vem reafirmar as nossas reservas. Eu acho que compreendo que o Executivo deva ter uma atuação na sua relação com as Freguesias, uma atuação justa, equitativa, equilibrada, que não dê azo a que haja, digamos, reivindicações ou sentimentos de injustiça da relação da Câmara com as Freguesias. Até aí tudo bem. Agora eu penso que, digamos, o equilíbrio na relação não é a régua e esquadro. Não pode ser. Nós temos também de ter a consciência daquilo que é a realidade financeira e patrimonial da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, que é manifestamente mais, digamos assim, mais frágil do que as restantes freguesias. Eu penso que a Nazaré, São Salvador e a Encarnação têm, em termos de equipamentos, estão mais ou menos providas daquilo que necessitam para a sua atividade. Ora, a Gafanha do Carmo, desprovida de um equipamento que se calhar é o único que tem, é o único sem dúvida, ou que o deixou de ter, e que não tem meios financeiros para satisfazer essa necessidade. Penso que é de inteira justiça, e isso não prejudica a relação com as outras freguesias, é de inteira justiça que a Câmara financie efetivamente, como um apoio pontual, e que não reflita isso negativamente no orçamento do Carmo no próximo ano. Acho que todos compreendem isso.

E se nós, e se eu nesta Assembleia Municipal não posso, nem vou, tecer considerações acerca da posição na negociação e no pedido que foi formulado pelo Presidente da Junta, Luís Diamantino, que tem autonomia, que tem independência, que toma as posições que bem entende e não podem ser sindicadas nesta Assembleia Municipal, já relativamente à Câmara Municipal nós temos uma palavra a dizer. Acharmos muito bem que o apoio pontual seja feito, mas que isso não prejudique o orçamento do Carmo, a atividade do Carmo no próximo ano. Ou seja, está a dar-se um apoio à Junta de Freguesia para a sua atividade, para as suas funções agora, e está-se a prejudicar a população do Carmo naquilo que vai deixar de ter em obra, no próximo ano. E nós temos é que depois, no fim do dia, perceber o que é que efetivamente beneficia as populações. Acho que aqui seria de bom tom a Câmara apoiar, sem prejudicar o Carmo no próximo ano e, por isso, nós concordamos com o apoio pontual. Mas não podemos votar favoravelmente esta proposta nos moldes em que ela foi trazida aqui à Assembleia Municipal. Iremos abster-nos porque também não queremos inviabilizar o apoio. Muito obrigado.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (03:15:26")

«Boa noite, mais uma vez. Eu penso que estamos aqui perante quase que um impasse. Se por acaso eu pensava que estaríamos aqui numa situação que foi aprovada pelo Executivo da Câmara unanimemente, independentemente de eu ter visto as filmagens e houve várias questões que os senhores Vereadores, portanto, do PS, como do PSD levantaram, e se calhar algumas nesta linha que nós estamos aqui, digamos, a falar. O que é certo é que a proposta que está aqui para nós decidirmos, nós não temos que estar aqui a decidir se vem pontual ou não. Nós temos que decidir a proposta que vem da Câmara Municipal. E a proposta que vem da Câmara Municipal, que eu pensava que era uma proposta pacífica entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia ou o Senhor Presidente de Junta, não é?, eu estou a verificar que, talvez até dentro do PSD, o senhor é o Presidente, não é?, dentro do PSD que vai levantar-se mais questões para uma situação que está aprovada pelo Executivo. E se não a aprovarmos aqui, esta situação fica toda em águas de bacalhau, desculpe-me a expressão. Por isso, eu até lanço o repto, se o Luís Diamantino está inscrito para votar, eu gostaria que me dissesse que queria que nós votássemos a favor, que nos abstivéssemos ou votássemos contra.»

Carlos Pedro, Grupo Municipal do PSD: (03:16':54")

«Boa noite, a todos. Relativamente a este ponto, é evidente que pode haver, e por isso é que estamos aqui, alguma divergência. Embora tenha sido aprovado pela pelo Executivo, estamos a ver aqui que os participantes na Assembleia Municipal não concordam, na sua maioria, daqueles que falaram até agora, e eu incluído, que de alguma forma a Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo fique retirada no mandato seguinte, porque fica amputada, ou seja, deixa de poder trabalhar. E, portanto, embora o Senhor Presidente tenha dito, quando ele diz entre a espada e a parede, evidentemente que é uma forma não literal disto, quer dizer, entre aquelas decisões qualquer pessoa fazia o que ele fez. Eu preciso mais urgente de uma carrinha do que o orçamento de 2025, portanto, vou ficar com a carrinha, não é? Não me parece, e eu consigo perceber o que diz que agora só temos que decidir entre isto e aquilo, mas podemos ser outra coisa. Pode-se alterar. *Why not?* Porque não? Por isso é que estamos aqui. Não sei isso. Eu não sou jurista, não sei. Ok tudo bem. Mas podemos discutir na mesma, podemos discutir na mesma e discutir e dizer que se foi aprovado por unanimidade, eu entendo que eu não votaria nesse sentido se eu estivesse no Executivo, ponto final. E, portanto, tenho que deixar aqui o meu desagrado sobre o sentido de voto porque pode não ter sido bem percebido, não sei, não estive, nem estava lá. Não posso falar daquilo onde não estive, mas posso falar daquilo que li. E não é um apoio extraordinário. Um apoio extraordinário é uma coisa que é extraordinária, quando subtraí, porque para isso, então, a Junta de Freguesia ia ao Banco pedir um empréstimo, pronto, e depois pagava. O problema é que o Executivo vai ter que resolver o problema, porque para o ano não vê dinheiro. O Presidente da Junta diz “agora não faço nada”. E não faz as obras, não faz nada. E, portanto, vai ter que ter um apoio extraordinário, com certeza que vai. Estamos aqui a empurrar para a frente uma decisão que é mais fácil ser resolvida voltando a haver outra reunião de Executivo para resolver um lapso que provavelmente ninguém deu conta do problema de futuro que vai ser originado, que é a Junta de Freguesia vai parar? Não vai ter dinheiro para fazer nada? Nem para mexer o carro que comprou? Nem para meter gasóleo? Imaginemos o cenário que pode não estar assim tão longe quanto isso de separar uma junta de freguesia. Não concordo muito com o que disse o Pedro de que, de facto, a Freguesia do Carmo porque é mais pequena, obviamente recebe menos, por causa da sua proporção de tamanho, pronto. E, portanto, teria que receber menos do que uma que é maior, tem maior área de território, outra tem menos pessoas e, portanto, naturalmente, terá que receber menos. Mas há o mínimo e o mínimo é aquilo para permitir a execução. Porque as freguesias, e somando aqui mais um ponto, eu não me quero alargar muito, que é, já foi dito por todos, não é?, uma coisa é a Câmara não ter dinheiro. Outra coisa é ter uma folga orçamental, 10 milhões, que eventualmente este ano vai ficar, no fim deste ano, pode até ficar sem dívida nenhuma, que é uma coisa inédita no município de qualquer sítio do país dos últimos 500 anos, que não temos história para 500 anos, mas não havia dívida zero de banco não conheço. Não conheço nenhum município que tenha zero E, portanto, eu acho que devia haver aqui, para fechar, bom senso. Não sei como é que isto se resolve do ponto de vista do Regimento para poder alterar essa decisão e não ficar no ar, não aqui dito do ponto de vista do Executivo, como é que vai fazer. Depois, logo, para o ano, logo se vê. Pronto, e ficamos aqui, logo se vê o quê? Que diga, claramente, assim “ok, pronto, para o ano concedemos um apoio extraordinário”, mas que que seja dito hoje. Ok, vota-se isto, mas nós comprometemo-nos, para o ano, a dar mais 15 mil ou 20 mil euros, que seja, de apoio extraordinário, porque tem que ser extraordinário. Até porque o próprio, só para fechar, o próprio título do documento diz “Apoio pontual”. E depois que é o corpo, não é o corpo do texto, é enfim o nome. Mas depois no texto muda-se o que está no *subject*, no assunto E, portanto, é uma coisa confusa. Peço desculpa de ter alargado. Obrigado.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (03:21':33")

«Ora bem. Pedro Cristo, eu estou a gostar do teu jogo político. Estou a gostar do teu jogo político. Como eu peço ao Presidente da Câmara para me responder e tu pedes a mim para eu responder. Mas pronto.

Eu sendo o Presidente da Comissão Política do partido PSD de Ílhavo, acho que já demos provas aqui que é um partido de liberdade de expressão. E já não é a primeira vez neste mandato que a minha pessoa vota diferente do resto do partido. E as questões que eles levantam aqui, levantaram-nas a mim, levantaram-nas à minha pessoa. Portanto, o facto de ser da minha cor de bancada, acho que são pertinentes as dúvidas deles ou é pontual ou não é pontual.

Agora para o senhor Vereador. Senhor Vereador, eu não percebi se quando disse que dei uma lição da humildade se estava a ironizar ou se estava a falar verdade. Mas eu vou explicar

uma coisa, se calhar o senhor não percebeu quando disse que estava entre a espada e a parede. Não foi o senhor Vereador, nem o Senhor Presidente, que me pôs entre a espada e a parede. Foi a situação. Porque, de facto, a carrinha qualquer altura pára e nada garante que ela, amanhã, esteja a trabalhar, nada. E eu preciso disso agora.

Quanto ao vosso sentido de voto, se há liberdade no meu partido, até eu também vos dou a liberdade de votar como quiserem. A carrinha, o processo de contratação pública, tem esse nome todo, está a decorrer, está quase fechado. O negócio está quase fechado, está quase adquirida. Posso dizer que tenho o dinheiro para fazer face à despesa da carrinha.

Se vocês chumbam esta proposta, depois já não tenho dinheiro para fazer face às outras coisas, porque já comecei a fazer as obras do interadministrativo. Não há dinheiro? Pára-se e pronto, ele não se faz. Portanto, é pertinente as vossas dúvidas, façam como acharem melhor. A minha bancada certamente irá tomar, como se não forem satisfeitas as dúvidas, terá um sentido de voto que se calhar não é o meu. Eu mantenho a minha palavra de princípio ao fim.

E por último, para terminar, visto que já passa a meia-noite. Senhor Presidente, termino aqui a minha intervenção, dando-lhe os parabéns a si e à sua esposa, que faz hoje 25 anos de casados. Se você quiser retribuir o mesmo à minha pessoa, eu também não me chateio em nada. Está bem? Muito obrigado.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:24':00'')

«Retribuo também os parabéns pelos 25 anos de casado ao Luís Diamantino e à Helena. Muito bem, casámos no mesmo dia, não casámos os dois, mas casámos no mesmo dia. Muito bem. Augusto Rocha, por favor.

Augusto Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação (PSD): (03:24':30'')

«Senhor Presidente, obrigado. Boa noite a todos e ao Público que nos ouve aqui e lá em casa.

Eu venho aqui só porque eu não falei literalmente nada com o Luís sobre este ponto e fiquei com uma dúvida que o seu Vereador disse ali. E queria ver esclarecida porque, provavelmente, me vai calhar também a mim, fazer isso. Que é... eu, na altura, quando fizemos os contratos, solicitei que fosse introduzida uma ou duas cláusulas no contrato a dizer que se porventura entendêssemos que não era viável executar determinada obra ou substituir uma obra até por uma nova, ou passar verbas entre obras, negociando com o Executivo da Câmara isso seria viável. Ora, logicamente, se um Presidente de Junta solicita isso é porque acha que o que está a solicitar é mais urgente do que o que estava contratado. E não sei se foi isso que aconteceu. Penso que o Luís deve ter pedido para substituir as obras deste ano pela carrinha e o Executivo da Câmara achou mais importante atribuir a carrinha e ele fazer as obras, e ficar sem verba para o ano seguinte. Eu não percebo isso porque me pode afetar a mim também. Ou seja, se eu quiser substituir, podem-me dizer “não, não tens que fazer e para o ano a gente retira-te a verba”. Olhe, não percebo isso, não me parece que seja a melhor forma. E eu estou aqui a falar sem uma palavra sequer com o Luís. Eu estou a questionar porque depreendi das palavras que fosse assim. Porque se eu tenho uma obra, quero transferir verbas entre uma obra e outra, dá-me a sensação que posso vir a ter dificuldades no Executivo da Câmara e espero não o ter. Pronto, porque isso foi, foram dois pontos que eu exigi que estivessem nos contratos interadministrativos. O Executivo, e bem, aceitou e achou importante, mas estou a ver que não estão a funcionar.

Se o Presidente solicitou que não queria fazer as obras porque precisava, era mais importante adquirir a carrinha. Ok. Penso que uma coisa, e bem, que o Executivo fez, como me fez a mim, foi logo disponibilizar uma carrinha, caso a do Carmo avariasse. E bem, como fez a mim. Andei vários meses, não sei quantos meses foram, 2 ou 3 ou 4. Efetivamente, a Câmara disponibilizou uma carrinha sem termo de entrega ou sem tempo para entrega. E bem. Portanto, também não sei se seria uma hipótese abdicar de parte das verbas de determinada obra deste ano, mais parte da verba do próximo ano, para ter a *plafond* suficiente para a aquisição da carrinha e, neste meio tempo, andar com uma carrinha da Câmara.

Eu também o fiz assim, na altura que comprei o trator, andei a poupar dois ou três anos para passar com um saldo cada vez maior para poder comprar um trator de um valor superior. Não neste Executivo, no outro, porque também não tive apoio pontual. Também não o solicitei, andei a poupar. Neste caso, não. É uma questão de urgência.

Portanto, deixou-me um pouco preocupado estas palavras do Luís queria a substituição e a Câmara entendeu que não, e, provavelmente, eu vou pedir substituição ou transferências de

verbas entre obras e espero não ter nenhuma oposição por parte do Executivo, está bem? Obrigado.

Outra coisa. Declaração de voto. Eu vou votar favorável. Não concordo muito bem com a penalização que o Carmo está, até porque a Junta da Encarnação não se opõe a que tenha um apoio extraordinário pontual, seja o que for. Porque sempre defendi que as juntas mais pequenas não tinham a capacidade financeira e a margem orçamental e de tesouraria para alocar receitas. Ou dinheiro que tenham em caixa para fazer face a outras despesas, enquanto quem tem um orçamento de meio milhão ou 600 mil ou 700, ou seja, pode alocar determinadas verbas a seu bel prazer, por assim dizer. As juntas mais pequenas não têm aquilo, têm os tostões contados. Obrigado.

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (0:29:19")

«Eu gostava de começar por dizer o seguinte. Infelizmente a Freguesia do Carmo vai ser duplamente penalizada. Vai ser penalizada este ano, porque não pode concretizar a reabilitação da cobertura e das fachadas do edifício da sede e a reabilitação e telhado das fachadas do interior da capela do cemitério da Gafanha do Carmo. E vai ser porque substitui, não é? Não deixa de fazer estas obras para poder ficar com os 21 mil euros. Não? Já não me entendo.

Mas, de qualquer maneira, devo dizer o seguinte. Foi aqui dito pelo senhor Vereador que o grande problema era não criar discrepâncias com as outras juntas de freguesias.

Isto quase que me dá vontade de, nesta sessão, utilizar aquela frase, enfim, nalguns regimes e nalguns municípios que é o poder popular e perguntar, aqui, às outras três Juntas de Freguesia se concordam ou não concordam que seja feito um apoio pontual à Gafanha do Carmo para a compra da viatura? Isto, porque hoje ouvimos aqui falar que veio uma nova vaga da democracia para Ílhavo. Isto é que era ser a nova vaga da democracia. Era todas as juntas apoiarem, neste caso explícito, um apoio pontual ao Carmo. Eu gostava de saber se os Senhores Presidentes de Junta, os outros, estão nesta disposição de acabar com o tal problema da discrepância que poderá ser criada entre as Juntas. Tenho dito.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:31:08")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:31:12")

«Vou dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (03:31:18")

«Mesmo no fim da discussão, pelos vistos a proposta não era clara ou então houve muita dispersão. Mas acho que ninguém tem dúvidas.

Eu volto a referir. O Senhor Presidente colocou à consideração da Câmara Municipal, neste caso do Executivo, a troca dos trabalhos previstos no contrato interadministrativo por um apoio para a aquisição de uma carrinha. Portanto, o Senhor Presidente da Junta propôs não fazer as obras e ter um apoio para poder ter uma carrinha e não perder a sua capacidade operativa. Neste caso, depois executaria esses investimentos em 2025, se assim fosse o caso de aprovar. Eu recorro, até pelo que disse o Senhor Presidente da Junta da Gafanha da Encarnação que os contratos têm na sua cláusula oitava, que tem o nome de redistribuição de verba, no seu ponto número 1 diz o seguinte: "durante o período de vigência do presente contrato poderão ser realizados ajustes na distribuição das verbas pelos projetos previstos na cláusula segunda, através do pedido, devidamente fundamentado, que poderá ser validado pelo Presidente da Câmara ou pelo Vereador da competência delegada". Ponto 2, "em condições excecionais e devidamente fundamentadas, poderá ser alocada a verba dos projetos previstos na cláusula segunda a novos projetos, desde que validados pelo Presidente da Câmara ou pelo Vereador com competências legadas". Acho que nesta Assembleia também podem ter conhecimento sobre aquilo que foram os contratos dos anos anteriores, porque foi também uma preocupação deste Executivo que os próprios relatórios, que também sempre muito foram falados e continuam a ser muito comentados, viessem ao conhecimento desta Assembleia. Portanto, acho que é claro para todos que em anos anteriores já houve distribuição de verbas e troca de alguns trabalhos e nunca houve qualquer problema. Mas como podem também verificar na proposta, que trouxemos a esta Assembleia para que pudesse ser deliberada após e refiro, e o Senhor Deputado Pedro Cristo referiu, e bem, como a proposta foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara, mas então diz esta proposta,

no seu ponto 10, que “o previsto na cláusula oitava do contrato interadministrativo não é claro quanto à substituição integral dos trabalhos contratualizados a realizar, deixando apenas em aberto a questão da redistribuição de verba ou alocação de uma parte a novos projetos”. Portanto, não é claro fazê-lo integralmente. Entendemos que, de uma forma muito transparente, convosco, com todos os senhores deputados, que esta proposta deveria ser mesmo aqui discutida. Portanto, mesmo a questão de se vamos ou não bloquear somente a junta, recorro que estamos a discutir os contratos interadministrativos. São outros trabalhos que vão além daquilo que é o trabalho que está previsto nas competências da própria Junta de Freguesia. Portanto, entendemos que esta seria a melhor solução, a que daria uma resposta mais eficaz. Portanto, Senhor Presidente, tenho dito.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:34':43")

«Muito obrigado, senhor Vereador, engenheiro João Semedo.

Eu cabe-me de dizer uma coisa muito simples relativamente a esta Assembleia. Ou nós virmos preparados para discutir os pontos ou não virmos preparados ou sentamo-nos aqui e somos justos com aquilo que nos sentamos noutras reuniões ou então estamos a ser injustos com alguém. E eu gostava só que o Senhor Presidente da Junta tivesse dito mais uma coisa que lhe faltou. Que era dizer, “eu realmente também disse uma coisa, como o tempo no próximo ano são só nove meses e para realização de obras já se mostra que é pequeno porque até nem concluí os relatórios desta obra e, portanto, depois vemos como é que vamos resolver o próximo ano, mas possivelmente nem terei disponibilidade para fazer nenhuma obra”. Isto foi dito por si, a nós na reunião que tivemos e podia o ter dito a toda a gente porque sabe que é verdade o que estou a dizer. Acabei de o ler no documento que fiz nesse dia e ficava-lhe bem.

Relativamente à questão que nós pusemos à Junta de Freguesia por proposta do Senhor Presidente. Uma das coisas que fiz numa questão é se o senhor queria comprar novo ou usado, porque se eu tinha disponibilidade financeira, ficava era um bocado limitado se utilizasse todo o valor na compra. E, portanto, se nós podíamos ajudar a financiar e que se tinha lembrado de poder então passar as obras. E nós decidimos prontamente que não passasse as obras, porque era uma coisa que o senhor tinha premeditado e tinha visto, de certeza absoluta, com a sua comunidade e faz parte do seu compromisso eleitoral. E, portanto, só temos que fazer jus a isto porque vencemos, pelo povo, a condição de ser Presidente. E, portanto, estamos aqui a defendê-lo. Nem percebo todos estes comentários da Assembleia permitam-me transversalmente unir ao PSDE tudo, até pelas variações que já ouvi aqui.

Até há bocado, o Senhor Presidente da Junta também disse uma coisa, que me permita que lhe refira, o Governo atual não teve intervenção nenhuma na Casa Florestal, nem o Governo no passado teve florestal.

Aqui a questão é muito simples. Esta questão estaria dentro do ICNF. Não tinha nada a ver com aquilo. Entretanto, teria construção financeira do Estado com o Ministério das Finanças, com o qual tivemos a resolver vários assuntos e continuamos a resolver, ao qual apresentámos, e até partilhei essa conversa, numa ocasião, consigo, podíamos ter um caminho mais viável nesse sentido. E seguramente que a passagem do antigo governo destes assuntos do Ministério das Finanças para a ESTAMO facilitou a vida por causa de termos uma relação com a ESTAMO e com o seu Presidente, que não tem nada a ver com político, não tem nada a ver com nada, foi quem desbloqueou mesmo a situação. Portanto, só gostava de o clarificar também sobre essa matéria. E se na altura teve informação da Terra Nova, até já sabia antes de chegar à meia-noite a si. Portanto, se estava suficientemente informado do assunto também me podia ter telefonado a perguntar, porque nem sempre tenho a disponibilidade. Até lhe vou dizer, tive em reunião das três e uma da tarde até a uma hora bastante tardia com a Comunidade Intermunicipal, que aconteceu cá em Ílhavo, no dia 2, e portanto, era esse respeito que eu gostava de ter mútuo, até por outro respeito também que eu acho que há muitas das vezes, um, diria uma tentativa um bocadinho de propaganda negativa sobre aquilo que possa eu fazer ou possa a Câmara fazer. E temos visto isto em alguns assuntos. Mas a Comunidade sente bastante isso e não íamos agora aqui escapular com outras coisas ou tender para outras.

Segundo, também gostaria de deixar aqui ao Sérgio Louro que a Junta de Freguesia teve um orçamento que foi aprovado na sua Assembleia com base no contrato de administrativo e nas posições que foram tomadas, portanto, no seu orçamento. Não sei se fazia jus esta posição ou não, se foi alterada ou não, também não me cabe a mim fiscalizar isso. Portanto, nós o que fizemos foi uma coisa muito simples, vamos tratar desta situação e trataremos futuramente daquilo que é o contrato interadministrativo a fazer. Não vou comentar isso

porque, por acaso, o Unir Para Fazer não tem presença nessa Assembleia de Freguesia. Não vou arbitrar nada sobre isso, mas acho que devemos pensar também nisto porque é importante fazermos também nestes órgãos de fiscalização essa atividade e o que é que queremos para futuro dentro da atividade das nossas juntas e o que é que podemos ler num orçamento face àquilo que é a realização e não realização.

E, por isso, trazemos aqui os contratos. E hoje o Senhor Presidente da Junta também disse ainda, nenhum relatório entregou cá. Portanto, o senhor nem sabe se está a realizar se não está a realizar, não tem conhecimento disso, mas pode fazer a pergunta evidentemente.

Relativamente à partilha de equipamentos sobre aquilo que o senhor Pedro Martins refere, pois ela existe sempre que é solicitada e temos várias provas disso, portanto não temos dúvidas.

Um agradecimento especial não é aqui valorizar o Carlos António ou o Augusto ou o Diamantino, porque eles sabem perfeitamente que as nossas conversas, e o João Braga, sobre essas situações, mas, por exemplo, temos que admitir que este ano tivemos uma ajuda da Junta de Freguesia da Nazaré com uma boca que tem lá, que hoje está regularizado, na estrada que foi para o trabalho de limpeza das praias e para a abertura da época balnear. Por exemplo, é uma máquina que está lá e se calhar a partilha de equipamentos devia ser uma prática corrente no nosso território, porque acredito que quando pondero isto, pondero porque fui Presidente da Junta e sei o valor das aquisições que fiz enquanto Presidente da Junta e o valor que a comunidade também me reconheceu sobre isso e o valor que deixei. E espero que os meus colegas façam o mesmo e que seja reconhecido por aí. Portanto, fico um bocadinho preocupado porque não tenho a noção, também não estou a fazer aqui uma propaganda negativa para futuro ou outra coisa qualquer, porque aquilo que aconteceu é que na Câmara isto foi aprovado por unanimidade, mediante as condições todas que já que ouvimos falar e as interrogações.

Sobre outra coisa que o Carlos Pedro, permita-me tratá-lo assim e peço desculpa. Eu acho que há aqui uma coisa que é a questão da proposta que se põe aqui em causa, a questão da proposta. A proposta é muito clara, está a definir realmente uma situação que foi um acordo bilateral. Nós não trouxemos isto sem ter um acordo com a junta de freguesia. Portanto, aquilo que nós estamos a falar está tratado entre nós e a Junta de Freguesia. Pode manifestar a sua opinião, evidente e eu estou de acordo completamente que o senhor se manifeste. Agora, eu trazia uma coisa que eu pensei que não ia perder tempo nenhum com isto aqui dentro. Isto era de lana caprina, como se diz.

Depois também ficou aqui condicionado por uma coisa. Permita-me também este pensamento. Quando estava a falar, o senhor foi candidato à Câmara Municipal como Presidente de Câmara. Hoje está como deputado do PSD e ainda não sei o que é que vai ser no futuro e fico preocupado com as suas observações à data de hoje. Eu Acredito que o senhor, como empresário, e com o sucesso que tem tido. Permita-me não vou referir nome de empresas, mas sabe a forma como temos falado e como temos dialogado, mas fico preocupado pelas suas observações, porque no fundo podíamos hoje ter o Carlos Pedro a governar o município que era possível, se o eleitorado tivesse tido esse comportamento. Relativamente ao Augusto Rocha, eu também admiro um bocadinho a sua posição hoje, mas admiro pela negativa. Desculpe lá. Pela negativa. Mas conte sempre connosco, conte sempre connosco.

Sobre o Flor Agostinho não tenho nada a dizer, mostrou outra vez uma baralhação completa numa segunda intervenção, vamos esperar o que quer que seja o futuro. Muito obrigado a todos.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:42':22")

«Concluídas todas as intervenções, coloco à votação ponto 4 da Ordem do Dia, “Apoio pontual à Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo - aquisição de viatura ligeira mista”.

Pergunto, quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Muito bem.

O ponto foi aprovado por maioria com 10 votos a favor e 14 abstenções.»

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:43':22")

«É meia-noite e trinta e seis. Hoje já é quarta-feira, não é? Proponho terminarmos aqui os trabalhos. Vamos só ler a Ata em Minuta e voltamos aqui na próxima sexta-feira.»

1.º Secretário da Mesa, Domingos Vilarinho: (03:43':42")

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (03:45':35")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:50 do dia 11 de setembro de 2024.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Setembro 2024, realizada no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Setembro 1.ª Reunião – 10SET2024

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			
Sara Marina Tomé Fernandes			X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luís Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis	(justificada doença)	X	
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			
Daniela Ribeiro Alegria			X
Mariana Silva Lopes			X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			
Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Mariana Alvelos Silva	(substitui 365 dias)		X
Modesto Manuel dos Santos	suspensão 365 dias (9FEV2024)		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador		X
SUBSTITUIÇÕES			
Carlos Pedro Silveira Coelho Ferreira substitui Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Fábio Miguel Silva marta substitui Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Rui Manuel Rocha Rufino substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Paula Alexandra Graça Ferreira substitui Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Sónia Alexandra Fernandes Gomes substitui Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Miguel Ângelo Teixeira Andrade substitui Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
Elvira Maria Fernandes Correia substitui Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Renúncia de Mandato: Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 9 fevereiro 2024): Modesto Manuel dos Santos (PS)

Ílhavo, 10 de setembro de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR**
PINTO MATOS DOS SANTOS
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2024.09.11 09:48:33+01'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.
Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal
Miguel Pedro Araújo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO de 2024 (reunião de 10 de setembro de 2024)

Aos dez dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Aprovação das Atas n.º 32 e 33, referentes à Sessão Ordinária de Setembro de 2024, realizada nos dias 28 de junho e 4 de julho. As Atas foram aprovadas por **Unanimidade**.

Voto de Louvor por mérito profissional e cívico a Maria Helena Malaquias, subscrito por todos os Grupos Municipais. Aprovado por **Unanimidade**.

Ponto 1. **"Designação de representante dos cidadãos eleitores para a CPCJ Ílhavo"**. Designado o munícipe: **Ericka Azevedo Nóbrega Parracho**, por **maioria**, com 20 votos a favor e 4 votos em branco.

Ponto 2. **"Constituição da Comissão Eventual dos 50 Anos do Poder Local (12 de dezembro de 2026)"**. Aprovado por **Unanimidade**, com 24 votos a favor.

Ponto 3. **"Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01JUN a 31JUL de 2024"**. Por deliberação do plenário foi adiada a sua apreciação para a segunda reunião previamente agendada para o dia 13 de setembro.

Ponto 4. **"Apoio pontual à Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo - aquisição de viatura ligeira mista"**. Aprovado por **Maioria**, com 10 votos a favor (7 UPF; 2 PSD; 1 Chega), 14 abstenções (8 PSD; 6 PS).

Conforme previsto, a sessão terá continuidade no dia 13 de setembro, sexta-feira, às 21:00, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 10 de setembro de 2024, respeitante à Sessão Ordinária de Setembro, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2024.09.11 09:47:54+01'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Protocolo

Lista A

Os abaixo assinados protocolam que a
Leitura da Constituição pelos seguintes deputados
Juntados:

Paulo Pinto

Domingos Vilasboas

Sandra Loureiro

Francisco Paiva
em 2024.09.20

Luanda, 10 de Setembro de 2024

Luís Filipe (PSD)
Pedro Reis (PS)

Voto de Louvor proposto pela Assembleia Municipal de Ílhavo à Professora Maria Helena Malaquias

A Assembleia Municipal de Ílhavo propõe, com profundo respeito e admiração, o presente Voto de Louvor à Professora Maria Helena Malaquias, destacando o seu extraordinário percurso de vida ao serviço da comunidade ilhavense, seja no âmbito pedagógico como jornalístico como na sua colaboração dedicada com esta Assembleia.

Licenciada em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Maria Helena Malaquias dedicou a maior parte da vida profissional ao ensino e à formação de professores, percorrendo vários níveis e tipos de ensino. De tudo o que fez nesta fase, salienta-se como mais enriquecedor o apoio a jovens com necessidades educativas especiais, a insistência na correta utilização da expressão escrita enquanto forma de comunicação em todas as áreas, e o ensino da literatura, sobretudo a que inclui autores portugueses.

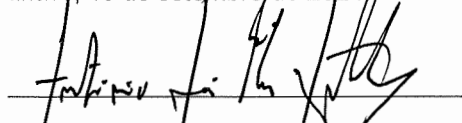
Já aposentada, dedicou-se à solidariedade, tendo pertencido, na última década, aos órgãos sociais do CASCI, à Direção da Associação de Solidariedade Social dos Professores e ao jornal "O Ilhavense", do qual foi diretora no período das comemorações do Centenário deste órgão de comunicação local, até 2024.

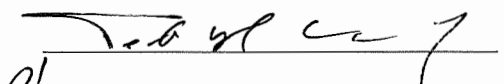
Enquanto diretora do jornal "O Ilhavense", a Professora Maria Helena Malaquias não só assegurou a continuidade de um órgão de comunicação de referência no concelho, como também imprimiu a marca da sua competência, integridade e paixão por Ílhavo. Sob a sua liderança o "O Ilhavense" manteve-se um pilar de informação e cultura local, preservando as tradições e memórias da nossa terra, enquanto promoveu o debate informado e o acesso à verdade.

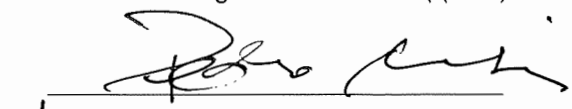
Para além disso, a Professora Maria Helena Malaquias foi uma colaboradora de primeira hora desta Assembleia Municipal, perante a qual sempre demonstrou um inabalável sentido de responsabilidade cívica e uma dedicação ímpar ao serviço público. A sua visão ponderada e o seu compromisso com o bem-estar de Ílhavo refletem os valores que a Assembleia Municipal de Ílhavo defende e que ela personificou, de forma exemplar, ao longo de toda a sua carreira.

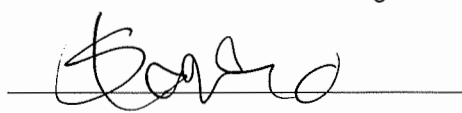
A Assembleia Municipal de Ílhavo apresenta este voto de louvor à Professora Maria Helena Malaquias, reconhecendo o seu inestimável contributo profissional e cívico, expressando a mais profunda gratidão por tudo o que fez e continuará a fazer pela comunidade ilhavense.

Ílhavo, 10 de setembro de 2024


António José Flor Agostinho (PSD)


2/ José Manuel Figueiredo Pinto Reis (UPF)


2/ Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo (PS)


Sérgio Louro (Chega)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO
APROVADO POR UNANIMIDADE

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2024.09.11 09:54:37+01'00'

PROPOSTA

Designação de 1 cidadão para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ílhavo

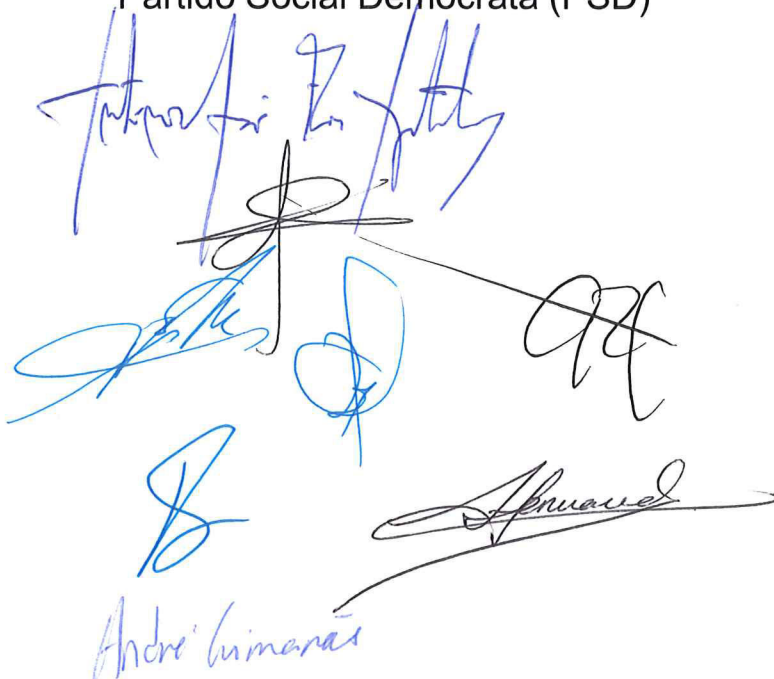
No âmbito do previsto na alínea I), do ponto 1, do artigo 17º, da Lei nº 147/99, de 01 de setembro, "Lei da Protecção de Crianças e Jovens em Perigo", propõe-se para pertencer à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ílhavo, a eleição da seguinte cidadã:

- Ericka Azevedo Nóbrega Parracho

Ílhavo, 10 de setembro de 2024

Os Proponentes:

Partido Social Democrata (PSD)



Handwritten signatures of the proposers, including names like André Guimarães and others, in blue ink.